

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Erivaldo Alves Ribeiro

**ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS PARA A PRÁTICA DE
ESPORTE E LAZER NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ- MA**

Taubaté – SP
2021

Erivaldo Alves Ribeiro

**ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS PARA A PRÁTICA DE
ESPORTE E LAZER NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ- MA**

Dissertação apresentado como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antonio Perrone Ferreira de Brito.

**Taubaté – SP
2021**

**Grupo Especial de Tratamento da Informação - GETI
Sistema Integrado de Bibliotecas -SIBi
Universidade de Taubaté - UNITAU**

R484e Ribeiro, Eivaldo Alves
Espaços públicos urbanos para a pratica de esporte e lazer no município de Imperatriz-MA / Eivaldo Alves Ribeiro. -- Taubaté : 2021.
103 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Taubaté, Departamento de Gestão e Negócios / Eng. Civil e Ambiental, 2021.
Orientação: Prof. Dr Luiz Antonio Perrone Ferreira de Brito, Departamento de Arquitetura.

1. Planejamento regional. 2. Exercícios físicos. 3. Esporte. 4. Lazer. I. Título.

CDD – 338.9

ERIVALDO ALVES RIBEIRO

**ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS PARA A PRÁTICA DE ESPORTE E LAZER NO
MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ- MA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antonio Perrone Ferreira de Brito.

Data: 28 de junho de 2021

Resultado: APROVADO

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Antonio Perrone Ferreira de Brito

Universidade de Taubaté

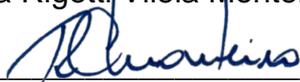
Assinatura _____



Profa. Dra. Rita de Cássia Rigotti Vilela Monteiro

Universidade de Taubaté

Assinatura _____



Prof. Dr. Eduardo Yoshinori Nagata

Centro Universitário Salesiano de São Paulo

Assinatura _____



Minha família pela compreensão e incentivo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela dádiva da vida e por me permitir realizar tantos sonhos nesta existência. Obrigado por me permitir errar, aprender e crescer, por Sua eterna compreensão e tolerância, por Seu infinito amor, pela Sua voz “invisível” que não me permitiu desistir e principalmente por ter me dado uma família tão especial, enfim, obrigado por tudo. Ainda não descobri o que eu fiz para merecer tanto.

Ao Prof. Dr. Luiz Antonio Perrone Ferreira de Brito, pela orientação, competência, profissionalismo e dedicação tão importantes. Tantas vezes que nos reunimos e, embora em algumas eu chegasse desestimulado, bastavam alguns minutos de conversa e umas poucas palavras de incentivo e lá estava eu, com o mesmo ânimo do primeiro dia do mestrado. Obrigado por acreditar em mim e pelos tantos elogios e incentivos. Tenho certeza de que não chegaria neste ponto sem o seu apoio.

À minha família, por apoiarem e compreenderem o meu isolamento em inúmeras tardes de domingo. À minha mãe eu deixo um agradecimento especial, por todas as lições de amor, companheirismo, amizade, caridade, dedicação, abnegação, compreensão e perdão que você me deu a cada novo dia. Sinto-me orgulhoso e privilegiado por ter uma mãe tão especial. Aos meus irmãos que sempre estiveram ao meu lado me apoiando em cada novo desafio.

À minha amada esposa Jéssica Nayara, por todo amor, carinho, compreensão e apoio em tantos momentos difíceis desta caminhada. Obrigado por permanecer ao meu lado, mesmo sem os carinhos rotineiros, sem a atenção devida e depois de tantos momentos de lazer perdidos. Obrigado pelo presente de cada dia, pelo seu sorriso e por saber me fazer feliz.

Por fim, a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta dissertação, o meu sincero agradecimento.

Meu muito obrigado a todos!

RESUMO

As políticas públicas direcionadas para a prática de atividade física e esporte por meio dos espaços públicos também podem incluir conteúdos que consideram a cultura e a educação, em que a sociedade é a principal beneficiada. A atividade física e o esporte são importantes para a manutenção da saúde e do corpo do homem, prevenindo contra doenças, sendo definida qualquer atividade que utiliza o movimento do corpo em que proporciona gasto de energia, caloria, podendo ser atividades executadas no dia a dia ou até mesmo exercícios físicos e esporte. O presente trabalho tem como objetivo de avaliar as políticas públicas e as condições dos espaços públicos urbanos e sua contribuição para a prática de esporte e lazer no município de Imperatriz – MA. Para tanto, a abordagem metodológica se deu por meio da abordagem qualitativa, exploratória e descritiva. Os dados foram coletados a partir de entrevistas semiestruturadas e individual com os profissionais de educação física e análise documental e fotográfica. A amostragem se caracterizou como teórica e intencional. A análise dos dados baseou-se na técnica de narrativa e análise textual por meio do software IRAMUTEQ utilizando três testes: nuvem de palavras, classificação hierárquica descendente e similitude. Os resultados evidenciam que os espaços físicos do município de Imperatriz - MA estão em boas condições para a prática de esporte e lazer, todavia, alguns espaços sofreram com vandalismo precarizando o local. Outro ponto que chamou atenção são os espaços fechados devido à falta de equipamentos para atender a população. Outro ponto importante é a falta de estrutura sanitária e fornecimento de bebedouros. No que tange a inclusão social, ficou claro a necessidade de instalações de centro esportivos nas regiões periféricas do município, pois há uma dificuldade de locomoção da população destas regiões para o centro, onde estão os principais complexos esportivos. Outro ponto que chamou a atenção, é a inclusão de práticas esportivas mais sustentáveis como uma estratégia de longo prazo para a promoção da qualidade de vida da população e o desenvolvimento do município. Com base nos resultados, pode-se concluir que o município de Imperatriz – MA possui espaços públicos urbanos para a prática de esporte e lazer, todavia, precisam de melhorias de infraestrutura e melhorar a acessibilidade dos locais, assim, tornando-os mais inclusivos.

Palavras-chave: Planejamento. Desenvolvimento Regional. Espaço Público. Atividade Física. Esporte. Lazer.

ABSTRACT

URBAN PUBLIC SPACES FOR SPORT AND LEISURE PRACTICE IN THE MUNICIPALITY OF IMPERATRIZ- MA

Public policies aimed at the practice of physical activity and sport through public spaces may also include content that considers culture and education, in which society is the main beneficiary. Physical activity and sport are important for the maintenance of health and the body of man, preventing diseases, defining any activity that uses body movement in which it offers energy expenditure, calorie, which can be activities performed daily or even physical exercise and sport. This work aims to evaluate public policies and the conditions of urban public spaces and their contribution to the practice of sport and leisure in the city of Imperatriz - MA. For this, the research used the qualitative, exploratory, and descriptive approach. Data were collected from semi-structured and individual discoveries with professionals in physical education and documentary and photographic analysis. A sample was characterized as theoretical and intentional. An analysis of the data was based on the technique of narrative and textual analysis using Iramuteq' software using three tests: word cloud, descending hierarchical classification and similarity. The results show that the physical spaces of the city of Imperatriz - MA are in good conditions for the practice of sport and leisure, however, some spaces suffered with vandalism precarious the place. Another point that drew attention is the closed spaces due to the lack of equipment to serve the population. Another important point is the lack of sanitary structure and supplier of drinking fountains. About social inclusion, it became clear the need for sports center facilities in the peripheral regions of the municipality, as there is a difficulty in moving the population from these regions to the center, where the main sports elements are located. Another point that drew attention is the inclusion of more sustainable sports practices as a long-term strategy for the promotion of the population's quality of life and the development of the municipality. Based on the results, it can be concluded that the municipality de Imperatriz - MA has urban public spaces for the practice of sport and leisure, however, it needs infrastructure improvements and improve the accessibility of the places, thus making them more inclusive.

Keywords: Planning. Regional development. Public Space. Physical activity. Sport. Recreation.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Espaços Urbanos que estruturam o ambiente Público aberto.....	27
Quadro 2: Matriz de Amarração Metodológica	44
Quadro 3: Relação dos Espaços Públicos Urbanos para a Prática de Esporte e Lazer no município de Imperatriz – MA.....	56

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Gestão Pública Equilibrada do Esporte.....	36
Figura 2: Gestão Pública do Esporte distorcida pela abordagem de Rendimento ...	36
Figura 3: Gestão Pública do Esporte distorcida pela abordagem educacional	37
Figura 4: Gestão Pública do Esporte distorcida pela abordagem de lazer	37
Figura 5: Mapa com a localização dos Espaços Públicos Urbanos para a Prática de Esporte e Lazer no município de Imperatriz – MA.....	57
Figura 6: Praça da União em Imperatriz - MA	58
Figura 7: Localização da Praça Mané Garrincha e do Estádio Frei Epifânio D’Abadia	59
Figura 8: Praça Mané Garrincha	60
Figura 9: Espaços Precários na Praça Mané Garrincha	61
Figura 10: Estádio Frei Epifânio D’Abadia.....	61
Figura 11: Complexo Esportivo Barjonas Lobão	62
Figura 12: Alguns materiais utilizados no Complexo Esportivo Barjonas Lobão	63
Figura 13: Academia da Saúde no Complexo Esportivo Barjonas Lobão	64
Figura 14: Ginásio do Conjunto Nova Vitória	65
Figura 15: Ginásio Pedro de Sousa Rodrigues do Parque Alvorada I.....	66
Figura 16: Espaço Poliesportivo Recanto Universitário.....	67
Figura 17: Ginásio e Academia da Saúde do Bairro CAEMA.....	68
Figura 18: Ginásio do Olho D’água	68
Figura 19: Quadra e Campo localizados no Sebastião Regis I e II	69
Figura 20: Ginásio do Ouro Verde.....	69
Figura 21: Ciclovia e Pista de Caminhada localizada na Avenida Bernardo Sayão .	70
Figura 22: Espaço Esportivo da Beira Rio.....	71
Figura 23: Segurança feita pela Guarda Municipal no Espaço Esportivo Beira Rio .	71
Figura 24: Nuvem de Palavras	73
Figura 25: Dendrograma a partir da Classificação Hierárquica Descendente	74
Figura 26: Filograma a partir da Classificação Hierárquica Descendente	75
Figura 27: Teste de Similitude.....	80

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1 PROBLEMA.....	15
1.2 OBJETIVOS	16
1.2.1 Objetivo Geral	16
1.2.2 Objetivos Específicos	16
1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	16
1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO	17
1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	18
2. REVISÃO DA LITERATURA	19
2.1 URBANIZAÇÃO BRASILEIRA E O ESPAÇO PÚBLICO URBANO	19
2.2 QUALIDADE DE VIDA E ATIVIDADE FÍSICA E DE LAZER NAS CIDADES.....	28
2.3 GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE NAS CIDADES.....	32
2.4 BENEFÍCIOS DA PRÁTICA DA ATIVIDADE FÍSICA E DO ESPORTE E A IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	38
3 MÉTODO.....	44
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	45
3.2 ÁREA DE REALIZAÇÃO.....	46
3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA	48
3.4 INSTRUMENTO	50
3.5 PROCEDIMENTO PARA COLETA DE DADOS	51
3.6 PROCEDIMENTO PARA ANÁLISE DE DADOS.....	52
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	55
4.1 DESCRIÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS DESTINADOS A PRÁTICA DE ESPORTE E LAZER NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ-MA.....	55
4.2 O PAPEL DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A PRÁTICA DE ESPORTE E LAZER NOS ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS.....	73
4.3 Análise das políticas públicas do município de Imperatriz – ma voltadas para o lazer e a prática do esporte.....	81
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS.....	89
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	98

APÊNDICE B – ENTREVISTA	99
ANEXO A – PARECER SUBSTANCIADO DO CEP	101

1. INTRODUÇÃO

O planejamento urbano vem se alterando e aprimorando com o passar dos anos, o que de início se dava apenas em planejar um espaço para habitantes que o ocuparam erroneamente e desordenadamente, agora se dá em pensar um espaço vivo, de pessoas que buscam cada vez mais a interação cidade-cidadão (GEHL, 2015).

Com a evolução do planejamento, surge o entendimento do crescimento das cidades como um processo dinâmico que envolve uma diversidade de demandas de espaço para usos urbanos numa ótica segura, sustentável e saudável (GUERRA, 2006; MENESES; LIMA JUNIOR, 2017; VALENTE; MARQUES, 2019).

Esse entendimento segue a recomendação da Carta de Atenas, documento que resume os princípios do urbanismo moderno, produzido no Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) em Atenas em 1933, que diz as chaves do urbanismo moderno estão nas quatro funções: habitar, trabalhar, recrear-se (nas horas livres), circular (CORBUSIER, 1993).

Deste modo, o urbanismo em suas funções principais, deve assegurar moradias saudáveis e adequadas para desenvolver as atividades de forma humana e natural; instalações que permitam atividades de lazer, recreação, e que existam entre estes locais, interligações por uma rede circulatória que garanta as trocas de forma vantajosa entre as funções (FRAGA *et al.*, 2009; PAIVA, 2017).

É exatamente nesse momento que aparece o papel da gestão pública de determinada região ou cidade e busca transformar toda essa necessidade em desenvolver atividades físicas, de lazer e recreação em locais apropriados para este fim (SOUZA *et al.*, 2018).

O poder público tem como função garantir o atendimento às necessidades de todos os cidadãos, propiciando melhor qualidade de vida, desenvolvimento econômico sustentável e justiça social (JAKUBOSKI; RAUBER; CABRAL, 2018).

Para Nucci (2001), Nogueira e Wantuelfer (2002), Oliveira e Mascaró (2007), Santos *et al.* (2013) e Meneses e Lima Junior (2017), a qualidade de vida dos habitantes de uma determinada cidade torna-se importante fator a ser consolidado em políticas públicas.

Essa ideia está relacionada aos espaços públicos urbanos para a prática de atividade física e lazer. A prática de atividade física é recomendada para todas as idades, principalmente para indivíduos com algum tipo de comorbidade como hipertensão, diabetes e entre outros (PIRES; SOUZA; MUSTAFÁ, 2018; MARANHÃO, 2020).

A atividade física é capaz de reduzir a pressão arterial e ajuda na queima da glicose, e ainda diminui o risco de desenvolver alguma doença coronária, acidente vascular cerebral entre outros, combatendo o sedentarismo e ajudando no controle do peso. A falta de atividade física é um fator de risco para doenças cardiovasculares, tem influência sobre a hipertensão (WILMORE; COSTILL, 2001).

Os benefícios advindos da prática da atividade física referem-se a aspectos antropométricos, metabólicos, psicológicos e neuromusculares. Segundo Daneres e Voser (2013), os efeitos metabólicos é o aumento do volume sistólico, da potência aeróbica, da ventilação pulmonar, melhora do perfil lipídico, diminuiu a pressão arterial, melhora a sensibilidade da insulina, diminui a frequência cardíaca em estado de repouso e no trabalho submáximo. Já, nos efeitos antropométricos e neuromusculares, diminui a gordura corporal, aumenta a força e a massa muscular, a densidade óssea e aumenta a flexibilidade.

Todavia, Carvalho, Abdalla e Buena Júnior (2017) enfatizam que para potencializar estes benefícios é importante ter o acompanhamento de um profissional de educação física, mesmo nos espaços públicos urbanos.

Os autores complementam afirmando que o papel deste profissional está relacionado na promoção de saúde e bem-estar dos indivíduos, com o intuito de induzir mudanças nos hábitos, favorecendo melhorias nas condições de vida da população.

Portanto, a população de uma maneira geral precisa que, na cidade onde reside, sejam disponibilizados não somente espaços públicos para prática de atividade física, esporte e lazer, mas profissionais que orientem de maneira adequada essas práticas, resultando em uma melhor qualidade de vida (SILVA *et al.*, 2012). É precisamente está a lacuna do trabalho.

1.1 PROBLEMA

As pesquisas relacionadas às políticas públicas de lazer e esporte no Brasil têm recebido notabilidade, principalmente por sua importância enquanto fenômeno social, garantido por lei pela Constituição Federal de 1988 (SILVA *et al.*, 2015; SOUZA *et al.*, 2018).

Santos e Amaral (2010, p. 1) destacam que “o fato de o lazer e esporte serem um direito social garantido constitucionalmente no Brasil é, portanto, um fator necessário à concretização da cidadania plena”. Assim sendo, cabe ao poder público, em todas as esferas, o incentivo à promoção e efetivação do lazer e esporte enquanto direito social (BRASIL, 1988).

Todavia, somente a partir da regulamentação da lei nº 8.672/93 (Lei Zico) (BRASIL, 1993) à obrigatoriedade nas normas organizacionais e operacionais das políticas públicas de esporte e lazer passam a ser dever dos Estados, Distrito Federal e Municípios (SILVA *et al.*, 2015; SOUZA *et al.*, 2018).

De acordo com Santos (2010, p. 53), ...

[...] apesar da nova Carta Magna ter criado uma expectativa positiva na sociedade brasileira, que estariam se produzindo as mudanças necessárias para se ter, de fato, políticas sociais universalistas, na área do lazer e esporte, o que se viu na prática nas últimas décadas do século XX e nesses primeiros anos do terceiro milênio são políticas pontuais, que em sua grande maioria estão relacionadas ao espetáculo artístico e esportivo, como um prêmio, como mérito de alguns agentes, grupos empresariais e/ou governos municipais e/ou estaduais principalmente do sul e sudeste brasileiro.

Complementando Santos (2010), Silva *et al.* (2015) argumentam que o poder público, especialmente o municipal, apresenta desatenção e inabilidade administrativa na formulação e execução de planejamentos relacionados à ocupação, o uso dos espaços urbanos e dos equipamentos para a prática de esporte e lazer.

Diante do exposto e com a perspectiva de aprofundar a compreensão sobre políticas públicas voltadas para a prática do esporte e lazer e espaços urbanos públicos, a seguinte questão foi formulada para orientar esta pesquisa: **Como as políticas públicas e as condições dos espaços públicos urbanos podem influenciar a prática de esporte e lazer no município de Imperatriz – MA?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta dissertação é avaliar as políticas públicas e as condições dos espaços públicos urbanos e sua contribuição para a prática de esporte e lazer no município de Imperatriz – MA.

1.2.2 Objetivos Específicos

Relacionados ao objetivo geral, foram propostos os seguintes objetivos específicos:

- Diagnosticar as condições dos espaços públicos destinados a prática de esporte e lazer no município de Imperatriz – MA.
- Avaliar o papel do profissional de educação física para a prática de esporte e lazer nos espaços públicos urbanos e a promoção de qualidade de vida da população.
- Analisar as políticas públicas do município de Imperatriz (MA) voltadas para o lazer e práticas de esportes.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O estudo delimita-se à identificação dos espaços urbanos públicos destinados à prática de atividade física e esportes no município de Imperatriz-MA. Assim como, analisar a atuação do poder público diante da busca pela melhoria da qualidade de vida da população do município.

Ademais, o presente estudo, busca dimensionar a contribuição de um profissional capacitado nesses espaços, orientando de maneira adequada para a

prática de exercícios. Assim, como explorar o impacto da evolução das cidades e a importância de um planejamento local bem elaborado.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A atividade física e o esporte são importantes para a manutenção da saúde e do corpo do ser humano, prevenindo contra doenças, sendo definida como qualquer atividade que utiliza o movimento do corpo em que proporciona gasto de energia, caloria, podendo ser atividades executadas no dia a dia ou até mesmo exercícios físicos e esporte (BARAKAT *et al.*, 2012). Neste contexto, o poder público deveria ser um elemento de suporte para prática de atividades físicas nos municípios, disponibilizando espaços para tal.

Em 2016, o Instituto Brasileira de Geografia e Estatística (IBGE) realizou um estudo que apontou que a maioria dos municípios brasileiros possuem estruturas e espaços públicos destinados a práticas de esporte e lazer. Neste contexto, o estudo evidenciou que 64,8% dos municípios analisados possuem uma secretaria de esporte em conjunto com outras políticas públicas, todavia, não dispõem de um aparato institucional que proporcionem autonomia administrativa e financeira para o gerenciamento das ações deste setor (IBGE, 2016).

No mesmo estudo, observou-se que apesar de 85% dos municípios brasileiros possuírem lei orgânica com prerrogativa correlatas ao fenômeno esportivo, apenas 17,6% contêm uma legislação esportiva complementar à Lei Orgânica, explicitando assim, a fragilidade da regulamentação municipal das atividades de esporte e lazer (IBGE, 2016).

Além disso, verificou-se que 70,6 % dos municípios da região nordeste realizaram convênios com outras esferas governamentais para incentivo ao esporte. Quanto aos aspectos de controle social, o estudo analisou que apenas 11,8% dos municípios brasileiros possuíam conselho municipal de esporte (IBGE, 2016).

Diante do exposto, o tema demonstra relevância, pois nota-se uma preocupação recente com essa temática por parte do poder público, imediatamente surge a necessidade de investigar a gestão pública municipal e sua real intenção em

relação entre os espaços públicos urbanos e a prática de esportes e lazer na cidade de Imperatriz (MA).

1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho está estruturado em cinco seções. A primeira seção foi desenvolvida a introdução da temática, juntamente com o problema e os objetivos de pesquisa, a delimitação e relevância do estudo, bem como a organização do trabalho.

A segunda seção trabalhou-se a revisão de literatura e explorou as seguintes temáticas: urbanização brasileira e o conceito de espaço público, qualidade de vida nas cidades, gestão pública municipal, os espaços esportivos de lazer e benefícios da prática de atividade física e do esporte.

A metodologia foi escrita na terceira seção e foi constituída pela descrição do tipo de pesquisa e da área de realização do estudo, especificou a população e amostra a pesquisa, apresentou o instrumento e os procedimentos de coleta e análise dos dados.

Elaborou-se, na quarta seção, a análise dos resultados baseou-se na verificação das condições dos espaços públicos destinados a prática de esporte e lazer no município de Imperatriz – MA; analisou o papel do profissional de educação física para a prática de esporte e lazer nos espaços públicos urbanos e a promoção de qualidade de vida da população e diagnosticou as políticas públicas do município de Imperatriz – MA voltados para o lazer e a prática de esporte. Por fim, na quinta seção, apresentou as considerações finais.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 URBANIZAÇÃO BRASILEIRA E O ESPAÇO PÚBLICO URBANO

A urbanização brasileira é marcada por processos de atração das pessoas do campo para as atividades profissionais do nascente urbano, que estimularam o fluxo migratório das pessoas em busca de empregos condições de trabalho (TEIXEIRA; RIBEIRO, 2016; MONTE *et al.*, 2018; CABRAL; CÂNDIDO, 2019).

Para Carvalho (2003) e Rodrigues (2010), o processo de urbanização brasileira se constituiu em um movimento dissociado da industrialização do país, marcado fortemente pela ação estatal, especialmente pelos incentivos ao capital durante a industrialização substitutiva de importações e o intenso investimento em infraestrutura e comunicações do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) no período de 1974 a 1979, bem como pelas estratégias de cooptação da população rural ao universo urbano, fundamentalmente pela via do direito trabalhista.

Santos (2013) elucida que esse movimento dos trabalhadores em busca de emprego e a indústria nascente necessitando de mão de obra estão intrinsecamente ligados e desencadearam, de forma geral, os processos de industrialização e urbanização no Brasil.

Desde o período colonial, o Brasil já apresentava cidades de grande porte, mas no século XIX o processo de urbanização brasileira começa a se consolidar (QUARESMA *et al.*, 2017).

Esta consolidação, para Maricato (2001), foi impulsionada por ações como a Lei Área de 1888, Proclamação da República em 1891 até a expansão da indústria e a necessidade de um mercado consumidor interno.

Sposito (1994) complementa dizendo que as indústrias são um conjunto de atividades humanas que tem por objeto a produção de mercadorias a produção artesanal doméstica, manufatureira representavam formas de produção industrial transformando a cidade em um espaço de produção.

Teixeira e Ribeiro (2016) expõem que a indústria brasileira nasce dos desejos de subsidiar a economia agroexportadora e se aproximar da disponibilidade da força de trabalho e capitais.

A partir da migração da força trabalhadora do campo para a cidade surgem os núcleos urbanos, como as vilas operárias ligadas as fábricas como uma forma de materialização/espacialização das formas de dominação entre empregadores e trabalhadores, uma relação determinada pelo capital definindo o arranjo espacial das cidades, período que se estende de 1870 a 1920 (MOREIRA, 2001; SANTOS, 2013; TEIXEIRA; RIBEIRO, 2016).

Esses trabalhadores, conforme Teixeira e Ribeiro (2016) e Cabral e Cândido (2019), sem os meios para sobrevivência, se tornaram assalariados na produção e na circulação das mercadorias, tendo as cidades como meio para se fixarem, decorrente da intensificação da industrialização do país que tinha na cidade a edificação das indústrias.

Sposito (1994) aponta que a década de 1930, no Brasil, é marcada pelo fim da hegemonia agrária exportadora, pós-crise de 1929, e a estrutura produtiva do ambiente urbano passa a ter uma força maior, estimulando processos de urbanização pelo território brasileiro. Quaresma *et al.* (2017) adicionam que é nessa década, que o Estado investe de fato nas cidades brasileiras com obras de infraestrutura e melhores condições para o desenvolvimento industrial.

Deste modo, o avanço da urbanização brasileira é marcado pela busca do fortalecimento da economia interna (MARICATO, 2001; SCARLATO, 2005), e a partir da década de 1940 se verifica um crescimento da população urbana, composta predominantemente de trabalhadores ligados a indústria (MONTE *et al.*, 2018).

Nos anos de 1950, o processo de industrialização assume uma nova etapa e o Brasil passa a industrializar seus bens duráveis e até mesmo de produção, esse processo de industrialização modificou a sociedade e o território brasileiro (SANTOS, 2013).

Ao longo dos anos de 1960 e 1970, houve um movimento de migração atrelado ao transbordamento da fronteira agrícola para a região centro-oeste (MARTINE, 1987; CUNHA, 2002).

Semelhantemente, a ocupação da região Norte baseou-se no avanço da fronteira agrícola, no interior do ciclo extrativismo vegetal-pecuária-soja (RODRIGUES, 2010). Becker (2005) descreve o processo de urbanização na região Norte por meio da extensão da industrialização nacional com base em algumas

políticas, tais como: a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em 1966, e a implantação da Zona Franca de Manaus em 1967.

Uma marca importante nesse processo, afirma Becker (2005), foi a forte participação do Estado, que, por meio dos planos de desenvolvimento nacional dos anos de 1970, buscou integrar as cadeias produtivas do território nacional.

Todavia, a autora destaca que essas políticas não impediram a concentração desigual de riqueza, pois a indústria de alta complexidade tecnológica continuava concentrada na região Sudeste. Becker (2005) explica que os planos de desenvolvimentos contribuíram para o crescimento de uma civilização industrial e urbana no meio da floresta amazônica, suscitando o fenômeno por ela denominado de 'floresta urbanizada'.

Segundo Baeninger e Ojima (2008), a partir dos anos de 1980 e no contexto de urbanização das fronteiras, houve um forte movimento de migração urbana-urbana para o interior brasileiro no qual a população se deslocava em busca de condições de vida mais favoráveis, espalhando-se o urbano brasileiro em direção ao interior do país, fazendo surgir as cidades médias e, no entorno destas, inúmeros pequenos municípios.

Rodrigues (2010, p. 2) explica que esse adensamento da rede urbana brasileira ...

[...] foi acompanhado, em forte medida, por uma interiorização das mazelas sociais metropolitanas, especialmente no que diz respeito à inadequada oferta de serviços urbanos (mais sensivelmente, o provimento de esgotamento sanitário, em virtude do alto custo da infraestrutura de saneamento), mas também pela ocupação irregular do solo urbano, especulação imobiliária e pela própria atuação da Administração Pública, muitas vezes mais engajada na lubrificação dos mecanismos de ampliação da acumulação do capital do que propriamente no atendimento das demandas sociais da população urbana.

De acordo com Quaresma *et al.* (2017) e Monte *et al.* (2018), na tentativa de resolver os problemas existentes no processo de urbanização, conforme mencionado, algumas iniciativas associadas ao movimento Novo Urbanismo têm se materializado no Brasil pela criação de bairros planejados sob o pretexto de tornarem as cidades brasileiras mais inteligentes e sustentáveis.

Para Tahchiev (2002), este movimento está estruturado no estudo das cidades pré-revolução industrial, e na prioridade das relações sociais e do pedestre como principal ator da dinâmica cidadã.

Desta forma, o conceito de Novo Urbanismo surge em 1993 com a de fundação do Congresso para o Novo Urbanismo por um grupo de arquitetos com o intuito de criar construções, bairros e regiões que fornecessem alta qualidade de vida a todos os residentes e que servissem como proteção ao ambiente natural (CNU, 2001).

Song e Knaap (2003) apontam que os novos urbanistas se voltaram ao combate do crescimento urbano disperso e às melhorias na qualidade de vida das pessoas nas cidades.

A importância desse conceito pode ser vista em trabalhos como Katz (1994), Fulton (1996), Gaspar (1998), Lara (2001), Ellis (2002), Andrade *et al.* (2013), Markley (2018), Talen (2019) e Mota (2019). Estes autores classificam o Novo Urbanismo como sendo o conceito mais significativo no planejamento urbano e na arquitetura no presente século.

Neste contexto, os dez princípios que norteiam o conceito do Novo Urbanismo, segundo a *New Urbanism* (NU, 2017) são:

1. **Caminhabilidade:** o espaço deve permitir acesso às coisas em um tempo de caminhada de 10 minutos de casa e do trabalho. Além disso, o design das ruas deve ser favorável aos pedestres, inclusive com ruas para pedestres, livres de carros.
2. **Conectividade:** rede de ruas interconectadas que permitam dispersar o tráfego e facilitar a caminhada.
3. **Uso misto e diversidade:** é desejável que haja mistura de lojas, escritórios, apartamentos e casas em um bairro, em um bloco ou no interior de um dado edifício. É desejável também que haja diversidade de pessoas, em termos de idades, níveis de renda, cultura e raças.
4. **Moradia mista:** com variedade de tipos, tamanhos e preços;
5. **Arquitetura de qualidade e *design* urbano:** com ênfase na beleza e na estética, no conforto humano e na criação de um senso de lugar.
6. **Estrutura tradicional de vizinhança:** centros e bordas discerníveis; espaço público no centro; espaço aberto público concebido como arte cívica; espaço que englobe diferentes tipos de usos acessíveis com 10 minutos de

caminhada; maiores densidades no centro da cidade e, progressivamente, menor densidade em direção às bordas.

7. **Densidade aumentada:** maior número de prédios, residências, lojas e serviços juntos para facilitar a caminhada, bem como para criar um espaço mais conveniente para se viver;
8. **Transporte inteligente:** uma rede de trens de alta qualidade, que conectem cidades e bairros. Design que encoraje o pedestre a se transportar diariamente com bicicletas, patins, scooters e caminhadas.
9. **Sustentabilidade:** impacto ambiental mínimo, com uso de tecnologias que respeitem a ecologia e que valorizem o sistema natural; eficiência energética; menor uso de combustíveis não renováveis e menor uso de automóveis.
10. **Qualidade de vida:** os nove princípios anteriores, quando juntos, permitiriam uma melhor qualidade de vida que valeria a pena ser vivida “*high quality of life well Worth living*”, e criariam lugares que viriam a enriquecer, elevar e inspirar o espírito humano “*...and create places that enrich, uplift, and inspire the human spirit*”

Diante a esta nova discussão sobre o processo de urbanização e com base nas mudanças globais das cidades contemporâneas, Narciso (2009) e Ecker (2020) explanam que é necessária uma nova atitude na compreensão do espaço público.

Para os autores, a transformação dos espaços públicos da estrutura econômica e social, a organização espacial e a configuração formal marcam a produção de novas territorialidades por meio de visões antagônicas: atores institucionais versus cidadãos.

Para Indovina (2002) e Serpa (2004), analisar o conceito de espaço público perpassa pelo entendimento da estruturação e das problemáticas na evolução da sociedade contemporânea e, conseqüentemente, pela reflexão do espaço como um recurso, um produto e como uma prática social, política e simbólica.

O termo ‘Espaço Público’ surge como um lócus de uma base de discussão transversal às diversas ciências (NARCISO, 2009; ECKER, 2020). De acordo com Ecker (2020), vários estudos utilizam como cerne da questão o espaço público urbano, quer no âmbito da abordagem da estrutura, função, projeto, quer no quesito social e caráter semântico. A autora complementa afirmando que estes

entendimentos do espaço público não devem ser tratados isoladamente e sim de forma complementar.

Ascher (1995) elucida que o termo espaço público aparece pela primeira vez em um documento administrativo, em 1977, no quadro de um processo de intervenção pública, agrupando na mesma categoria os espaços verdes, as ruas pedonais, as praças, a valorização da paisagem urbana, o mobiliário urbano.

Narciso (2009) explica que o espaço público é considerado como aquela área que, dentro do território urbano tradicional, sendo de uso comum e posse coletiva, pertence ao poder público. Serpa (2004) refere-se ao conceito de espaço público como sendo o espaço da ação política ou, pelo menos, da possibilidade da ação política.

Para Vaz (2010, p. 29), o ambiente urbano é ...

[...] caracterizável pelo conjunto de práticas exercidas cotidianamente nos mesmos lugares da cidade, entretanto, os eventos observados nos espaços públicos assumem sempre um destaque especial pelo seu caráter de espaço de uso coletivo. Os pesquisadores da história da cidade atestam sua permanência no tempo. A organização das práticas urbanas no território explica a forma e a estrutura dessa ocupação, e a organização física da cidade retrata sua função básica como dispositivo de interação e sociabilidade.

Conforme Habermas (1984), Sennet (1993), Reis Filho (2006), Arendt (2007), Vaz (2010) e Ecker (2020), espaço público, esfera pública, vida pública, domínio público são termos utilizados para conceituar os espaços de uso coletivo nas cidades, nos quais ocorrem as práticas de sociabilidade.

Já Magro (2006) menciona que os termos espaço aberto, espaço externo, espaço coletivo, espaço livre, área aberta, áreas livres, área verde e ambiente externo, são expressões correlatas, utilizadas para designar qualquer espaço aberto que se situe fora da edificação.

Vaz (2010, p. 27) conceitua o termo público como sendo "o que concerne à coletividade em seu conjunto ou que dela emana por oposição a privado, aquilo que é do uso de todos ou acessível a todos".

Em algumas cidades, os espaços públicos chegam a ocupar 40% do tecido urbano. São considerados espaço público urbano as ruas, vielas, avenidas, boulevares, largos, praças, jardins, parques, passeios, esplanadas, cais, pontes, praias, mar, rios, suas margens e canais, caracterizados como lugares abertos e acessíveis a toda a população (MENEZES, 2013).

Amin (2008, p. 3), no seu artigo sobre cultura coletiva e espaço público urbano, faz o seguinte questionamento: “Como devemos encapsular o ritmo da vida cotidiana nos espaços públicos urbanos, as ressonâncias da repetição e da resistência coletivas?”

O autor responde afirmado que esta não é uma pergunta fácil de responder, pois os espaços públicos vêm em muitas formas tais como: espaços abertos de diferentes tipos, como parques, mercados, ruas e praças; espaços fechados como shoppings, bibliotecas, prefeituras, piscinas, clubes e bares; e espaços intermediários, como clubes e associações, confinados a públicos específicos, como residentes de habitação, entusiastas do xadrez, fanáticos por fitness, pescadores, skatistas e semelhantes.

Por sua vez, argumenta Amin (2008), cada espaço público tem seus próprios ritmos de uso e regulação, mudando frequentemente de dia ou de estação: a praça que fica vazia à noite, mas cheia de gente na hora do almoço; a rua que se limita a vagas e trânsito, mas se torna o centro do protesto público; a biblioteca pública de sons geralmente abafados que ressoam com o barulho das visitas escolares; e entre outros exemplos de utilização do espaço público.

Do ponto de vista dos aspectos sociais, Oliveira (2013) explicita que o espaço público é toda área que se configura como local de estímulo ao convívio e às oportunidades de interação social. O autor adiciona afirmando que o espaço público conecta os usuários, absorve os conflitos entre público, privado, indivíduo e multidão, liberdade individual e necessidades coletivas.

Segundo Carr *et al.* (1992, p. 3), ...

[...] esses espaços dinâmicos (as ruas, praças e parques) são uma contrapartida essencial para as rotinas preestabelecidas do trabalho e da vida doméstica, fornecendo as possibilidades diárias de movimento, as oportunidades de comunicação e os locais compartilhados para a recreação e o descanso.

Vaz (2010) explica que o conceito de espaço público urbano engloba os locais abertos da cidade, os lugares acessíveis à livre frequência e a práticas esportivas e de lazer, à passagem de cidadãos e à comunicação entre diferentes atores em um ambiente público.

No mesmo sentido, Jacobs (2001) salienta que a configuração do espaço público atua na organização social, expressando, refletido, viabilizando e até condicionando as práticas sociais.

Já Gehl (2015) frisa que o espaço público suaviza a fronteira entre estar sozinho e acompanhado, favorece a liberdade e permite que se esteja com outras pessoas sem estar com alguém especificamente, devido ao anonimato e à distância pública que oferece.

Em sua configuração, os espaços públicos possuem uma série de lugares e elementos urbanos, que darão suporte às atividades. A qualidade do espaço público está relacionada à diversidade de configurações e de atividades que este possui, e que estimularão diferentes usuários em distintos horários (crianças, jovens, adultos, idosos) (ECKER, 2020).

Jacobs (2001) defende que espaços bem conectados e densamente povoados, onde as pessoas se sintam seguras com a presença de outras pessoas. O autor afirma ainda que a presença de pessoas e suas atividades são atributos de fundamental importância para garantir a qualidade do espaço público.

No que tange às atividades, pode-se afirmar que um espaço público ideal possui: pessoas passando o tempo todo; pessoas permanecendo; pessoas se encontrando, de forma não programada e programada; pessoas mantendo e vigiando, formal e informalmente; pessoas realizando diversas atividades (TENÓRIO, 2012; ECKER, 2020).

Diante do exposto, nota-se que o próprio significado dos espaços públicos tende a modificar-se e, com isso, a sua potencialidade de representar terreno de encontro e lugar privilegiado das sociabilidades e elaboração simbólica, sendo igualmente apropriado e partilhado por grupos sociais muito diferentes entre si (MATOS, 2010).

Nogueira (2003) e Torres *et al.* (2020) destacam que a característica dos espaços públicos é a de configurar uma rede contínua que se estende em toda a área urbana assumindo diferentes papéis, tais como: relações espaciais de conectividade entre a área urbana e o entorno territorial; suporte básico para a mobilidade urbana interna; referência do parcelamento do solo para a edificação e os usos primários do local; espaços de representação e identificação social, bem como para o ócio do cidadão; e, facilita a obtenção de redes de serviços urbanos.

Para Lamas (2004), o espaço público é constituído pelo traçado das ruas, praças e elementos de composição como fachadas, vegetação e espaços públicos interiores como estações de metrô, rodoviárias, aeroportos e entre outros, podendo ser percebido como um ambiente contínuo e global.

Já Halprin (1972 *apud* BORGES, 2018) elucida que a realidade urbana é muito complexa e são diversos os aspectos capazes de qualificar o espaço público. O autor classifica esses espaços de forma hierárquica em ruas, ruas de comércio, praças menores, praças maiores, parques de vizinhança, parques centrais e margens d'água, conforme Quadro 1.

Quadro 1: Espaços Urbanos que estruturam o ambiente Público aberto

Espaços Urbanos que estruturam o ambiente público aberto	Função
Ruas de Comércio	Foco da Atividade de vizinhança.
Praças Menores	Confluência das ruas. Espaços que podem dar um sentido de lugar ao espaço urbano, transformando-se em um foco referencial e de uso e vitalidade para a vizinhança.
Praças Maiores	Símbolos Cívicos
Parques de Vizinhança	Locais com muita área verde e pouco pavimentação.
Parques Centrais	Grandes parques verdes da cidade que podem ajudar a manter o balanço ecológico.
Margens	Espaços abertos acessíveis a todos os moradores e possíveis de serem exploradas para o esporte e lazer.

Fonte: Halprin (1972 *apud* BORGES, 2018).

Segundo Leitão (2002), o tempo de utilização dos espaços públicos depende diretamente das funções que podem ser desenvolvidas nestes locais. Assim, o autor traz algumas funções que são identificadas com maior frequência:

- Esportiva: são locais destinados à prática de esportes ativos, sejam eles coletivos ou individuais;
- Lazer: são os locais reservados para proporcionar ao usuário diversão ou momentos de ócio; áreas reservadas para que o indivíduo possa desfrutar do seu tempo livre;
- Contemplação: são espaços nos quais os usuários podem observar a paisagem, seja ela interna ou externa ao espaço público;
- Descanso: são espaços que proporcionam ao usuário a possibilidade de descansar. Nem sempre são lugares dotados de mobiliário urbano, como bancos, por exemplo, muitas vezes o atrativo à esta funcionalidade do espaço se dá de outras formas, como uma grande área gramada e árvores;
- Educativa: são espaços públicos que contemplam ambientes destinados ao desenvolvimento de atividades ligadas a programas de educação;

- Estética: espaços que em função das duas qualidades estéticas e formais e da diversidade da paisagem contribuem para a boa forma da cidade;
- Estar: espaços que pelo uso que oferecem e pelas suas formas de inserção e qualidade ambiental, contribuem para atrair o usuário. São nesses ambientes que o usuário realiza jogos passivos, atividades que lhe dão prazer como conversa com os amigos, ler, comer, passar o tempo e entre outros; e,
- Festa: espaços reservados a eventos populares, celebrações tanto de caráter religioso quanto cívico.

Neste contexto, os espaços públicos, enquanto espaços da cidade e parte da sua paisagem possuem valor pela relevância que o seu uso e função exercem na sociedade e pela relação que estabelecem com a cidade. A praça, as ruas, os parques e entre outros são espaços fundamentais para a prática do espaço urbano, para a experimentação da cidade e para a construção de significados coletivos (GEHL, 2015).

Deste modo, os espaços públicos, sobretudo os de lazer e práticas de esportes, é um dos aspectos importantes para a qualidade de vida no meio urbano. Deste modo, a seguir discutir-se-á sobre a qualidade de vida nas cidades.

2.2 QUALIDADE DE VIDA E ATIVIDADE FÍSICA E DE LAZER NAS CIDADES

Estudos realizados por Pereira e Silva (2020), Dumith (2020), Almeida *et al.* (2020) e Nova e Oliveira (2021) mostram que a relação entre atividade física e saúde vem sendo gradualmente substituída pelo enfoque da qualidade de vida, o qual tem sido incorporado ao discurso da Educação Física e das Ciências do Esporte. Eles enfatizam ainda que tem, na relação positiva estabelecida entre atividade física e melhores padrões de qualidade de vida, sua maior expressão.

Nahas *et al.* (2016), Gallo e Bessa (2016), Santos e Gallo (2018), Saldiva (2018) Versiani (2019) destacam que o conceito de qualidade de vida urbana está associado ao bem-estar da população e à satisfação com as circunstâncias de vida.

Gallo e Bessa (2016) ressaltam que a ideia de qualidade de vida introduz uma valorização de horizontes desejáveis para os grupos sociais, nos quais diferentes níveis de exigência e de aspirações conformam aspectos mais subjetivos e afeitos à percepção dos indivíduos. Os autores complementam dizendo que o conceito de qualidade de vida guarda relação com a satisfação das necessidades humanas, com a capacidade de uma comunidade desfrutar de uma vida média longa, de forma saudável.

Já, Minayo *et al.* (2000) explicam que a qualidade de vida é uma noção eminentemente humana que se aproxima do grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental. Complementam afirmando que pressupõe uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera como seu padrão de conforto e bem-estar.

Neste contexto, historicamente, o interesse com a qualidade de vida nas cidades assumiu importância no debate científico e político após a década de 1960, devido ao grande crescimento dos centros urbanos (SANTOS; BESSA, 2018; VERSIANI, 2019).

Nahas (2015) destaca que o modelo de desenvolvimento adotado no processo de urbanização brasileiro aumentou a desigualdade na distribuição de bens e serviços, com forte impacto nas condições de vida da população e no meio ambiente. Desenvolveu-se, então, a noção de sustentabilidade do desenvolvimento humano, trazendo novo significado para o conceito de qualidade de vida (NAHAS, 2015).

A temática vem ganhando destaque nas discussões acadêmicas sobre os objetivos a serem alcançados ou preservados pelas políticas públicas (SALDIVA, 2018). Uma perspectiva muito importante é da possibilidade de sua utilização no planejamento econômico, social e urbano (GALLO; BESSA, 2016; SANTOS; GALLO, 2018).

Para Vitte *et al.* (2002), o conceito de qualidade de vida e os indicadores de sustentabilidade podem servir ao planejamento atuando como parâmetro do grau de cobertura das necessidades individuais ou de grupos sociais, detectando desigualdades e embasando a elaboração de estratégias para melhorar o bem-estar.

Para tanto, a noção de qualidade de vida é construída a partir da percepção que cada comunidade tem sobre viver com qualidade. É um conceito complexo, de

caráter subjetivo e qualitativo, exprimindo juízos de valor, tendo, pois, uma natureza política e ética (KEINERT; KARRUZ; KARRUZ, 2002).

Neste contexto, a ideia introduz uma valorização de horizontes desejáveis por determinados grupos sociais, com diferentes níveis de exigência e aspirações, mais afeitos à percepção dos indivíduos (NAHAS *et al.*, 2016). Desta forma, o conceito de qualidade de vida guarda relação com a satisfação das necessidades humanas e com a capacidade que uma comunidade tenha de desfrutar uma vida média longa e saudável (VITTE, 2009).

A partir da evolução do conceito, pode-se dizer que a mensuração da qualidade de vida urbana requer, contemporaneamente, a inclusão de três elementos fundamentais (NAHAS *et al.*, 2016):

- O dimensionamento da equidade no acesso da população aos bens e recursos urbanos, abordando este acesso tanto pelo seu aspecto espacial (acesso espacial) quanto pelo social (acesso social);
- A avaliação da qualidade ambiental, a partir de aspectos socioambientais e aspectos ambientais “*stricto-senso*”, relacionados ao meio urbano; e,
- A produção de elementos para a discussão da sustentabilidade do desenvolvimento humano.

Neste contexto, Gallo e Bessa (2016) destacam que a cidade é um lugar da manifestação do individual e da experiência coletiva, uma vez que existe uma multiplicidade de trocas que ajudam a produção da sociabilidade. Os autores complementam evidenciando que é na cidade, como lugar, que ocorre a produção da vida, pelos modos de apropriação do espaço, e cada sociedade produz seu espaço de acordo com sua função social, os ritmos de vida, os modos de apropriação, projetos e desejos.

Para Vitte (2009), a vida nos centros urbanos se revela como espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido pelo indivíduo, mediado pelo corpo que cria/percebe os referenciais necessários para dar sentido à experiência. Para ele, a cidade pode ser entendida como um espaço concebido, vivido e percebido, agregando símbolos e valores elaborados por meio de impressões e experiências pessoais, mas também coletivas. Os indivíduos interagem com o mundo por meio

das atividades cotidianas, na busca de satisfazer suas necessidades e desejos (GALLO; BESSA, 2016).

Os espaços públicos urbanos como os bairros, as praças, as ruas e os pequenos comércios aproximam os moradores (SANTOS; GALLO, 2018). Esses lugares, para Gallo e Bessa (2016), podem ser mais que pontos de trocas de mercadorias, podem possibilitar o encontro, reforçando a sociabilidade.

Estudos desenvolvidos por Reis (2001), Fisher *et al.* (2004), Collet *et al.* (2008), Cohen *et al.* (2010) e Szeremeta e Zannin (2013) mostram que a boa qualidade social e física destes espaços, como por exemplo, infraestrutura adequada, segurança, facilidade de acesso e outros fatores positivos, aumentam a possibilidade de frequência das pessoas e, por conseguinte, um comportamento fisicamente ativo.

Szeremeta e Zannin (2013) observam que os parques urbanos, por suas características físicas e sociais, são considerados apropriados para a prática de atividade física ao ar livre e recreação.

Para Barton e Pretty (2010), apenas cinco minutos de caminhada em áreas verdes, como por exemplo, em um parque público, já é suficiente para melhorar a saúde mental, com benefícios para o humor e autoestima.

Já Hansmann *et al.* (2007) e Dumith (2020) apresentam diferentes benefícios (sociais, físicos e psicológicos) de utilizar os espaços naturais ou ambientes urbanos para a prática de atividade física e lazer, como por exemplo: redução da prevalência de sedentarismo e amenização do estresse.

Estas áreas urbanas podem ser consideradas “academias ao ar livre” (SZEREMETA; ZANNIN, 2013). Assim, a implantação delas é de relevante importância na promoção da saúde e qualidade de vida de uma população.

No entanto, percebe-se que além de políticas públicas que incentivem a construção e revitalização destes espaços, são de igual importância projetos que contemplem planejamentos e gestões que supram as necessidades dos seus frequentadores e comunidade em geral. Ou seja, é preciso que estes ambientes sejam percebidos positivamente para que as pessoas se sintam atraídas e motivadas a frequentá-los, e desfrutem, de forma satisfatória, dos benefícios que o desenvolvimento de atividades nestes locais pode proporcionar (REIS, 2001; COHEN *et al.*, 2007; CASSOU, 2009).

Ao vivenciar a cidade, o indivíduo percebe o meio e adquire uma imagem própria sobre o espaço, imagem esta que pode diferir de outros indivíduos (VERSIANI, 2019). As paisagens urbanas constituem elementos representativos da qualidade de vida (VITTE, 2009). Acessibilidade, fluidez, limpeza, iluminação, qualidade das edificações, tamanho das residências, presença de áreas verdes e disponibilidade de serviços básicos são indicativos do grau de satisfação de necessidades básicas (GALLO; BESSA, 2016).

Nesta perspectiva, Vitte (2009) argumenta que o bem-estar e uma alta qualidade de vida dever ser um direito do cidadão, e é por meio de políticas públicas que os cidadãos lutam por estes direitos e não o contrário. Desta forma, é preciso dar nova vida à cidade, fazer dela um espaço apropriável para a vida e para todos (SALDIVA, 2018).

Países como o Brasil e outros da América Latina, onde existe uma péssima distribuição de renda, analfabetismo e baixo grau de escolaridade, bem como condições ambientais e de habitação precárias, as condições de vida e saúde populacional sofrem uma influência muito forte. O debate sobre a qualidade (condições) de vida e saúde tem um forte histórico na saúde coletiva (BUSS, 2000).

No entanto, o desafio não é apenas mostrar que a qualidade/condições de vida afeta a saúde, influenciando fortemente a qualidade de vida, mas sobretudo investigar quais as intervenções, especialmente quais as políticas públicas intersetoriais, podem influenciar favoravelmente a qualidade de vida urbana. Neste contexto, abordou-se, na sequência, sobre a gestão pública municipal e os espaços esportivos de lazer.

2.3 GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE NAS CIDADES

Galindo (2005) inicia as reflexões sobre políticas públicas evidenciando que esta área pode ser analisada sob diversos aspectos. Segundo Martins (2007), o conceito de políticas públicas está atrelado ao conjunto articulado e estruturado de ações e incentivos que buscam alterar uma realidade em resposta a demandas e interesses dos atores envolvidos (MARTINS, 2007).

Martins (2003) argumenta que a política pública dispõe usualmente sobre “o que fazer” (ações), “aonde chegar” (objetivos relacionados ao estado de coisas que se pretende alterar) e “como fazer” (princípios e macroestratégias de ação). Para Procopiuck (2013), política pública diz respeito à mobilização político-administrativa para articular e alocar recursos e esforços para tentar solucionar dado problema coletivo.

Conforme a Constituição Federal Brasileira de 1988, em seus artigos 182 e 183 (BRASIL, 1988), é obrigatória aos poderes públicos municipais a formalização e execução de políticas de desenvolvimento urbano, por meio de diretrizes gerais fixadas em lei. A regulamentação destes artigos, pela lei 10.257, de 10 de julho de 2001 (BRASIL, 2001), define que a política urbana tem como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade, mediante 19 diretrizes, são elas:

- I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
- II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
- III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;
- IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;
- V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;
- VI – ordenação e controle do uso do solo;
- VII – integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência;
- VIII – adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município e do território sob sua área de influência;
- IX – justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;
- X – adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais;
- XI – recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos;
- XII – proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;

XIII – audiência do Poder Público municipal e da população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população;

XIV – regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais;

XV – simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias, com vistas a permitir a redução dos custos e o aumento da oferta dos lotes e unidades habitacionais;

XVI – isonomia de condições para os agentes públicos e privados na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social.

XVII - estímulo à utilização, nos parcelamentos do solo e nas edificações urbanas, de sistemas operacionais, padrões construtivos e aportes tecnológicos que objetivem a redução de impactos ambientais e a economia de recursos naturais;

XVIII - tratamento prioritário às obras e edificações de infraestrutura de energia, telecomunicações, abastecimento de água e saneamento;

XIX – garantia de condições condignas de acessibilidade, utilização e conforto nas dependências internas das edificações urbanas, inclusive nas destinadas à moradia e ao serviço dos trabalhadores domésticos, observados requisitos mínimos de dimensionamento, ventilação, iluminação, ergonomia, privacidade e qualidade dos materiais empregados.

Neste contexto, o papel do gestor público como elemento catalisador do desenvolvimento social torna-se crítico (GALINDO, 2005). Segundo Bittar (2002, p. 25-26), o gestor público, em sua função política, “está à frente de cinco desafios consecutivos, independentemente de sua área de atuação”. São eles (BITTAR, 2002, p. 25-26):

1. Organizar o espaço público, objetivando o melhor convívio social.
2. Definir formas de gerenciamento da coisa pública e dos recursos a ela ligados.
3. Estabelecer estratégias de definição dos critérios para o alcance de fins comuns.
4. Conduzir a eleição das molas propulsoras do desenvolvimento da sociedade.
5. Proporcionar a definição de ideologias que predominarão na construção da arquitetura da sociedade.

No que se refere ao esporte e lazer, o Brasil, na sua Constituição de 1988 e na lei que institui normas gerais sobre o desporto, Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998, assume que é o dever do país de fomentar as práticas esportivas formais e não-formais inclusive reconhecendo que o esporte pode ser entendido nas manifestações educacional, participativa e de rendimento (BRASIL, 1998).

Conforme Art. 2º da lei nº 9.615, de 1998, a prática desportiva formal é regulada por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática desportiva de cada modalidade, aceitas pelas respectivas entidades nacionais de administração

do desporto. Já, a prática desportiva não-formal é caracterizada pela liberdade lúdica de seus praticantes (BRASIL, 1998).

O art. 3º do decreto nº 7.984, de 8 de abril de 2013, traz as definições de desporto educacional, de participação e de rendimento (BRASIL, 2013). Conforme Brasil (2013), o desporto educacional ou esporte-educação é praticado na educação básica e superior e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a competitividade excessiva de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer (BRASIL, 2013).

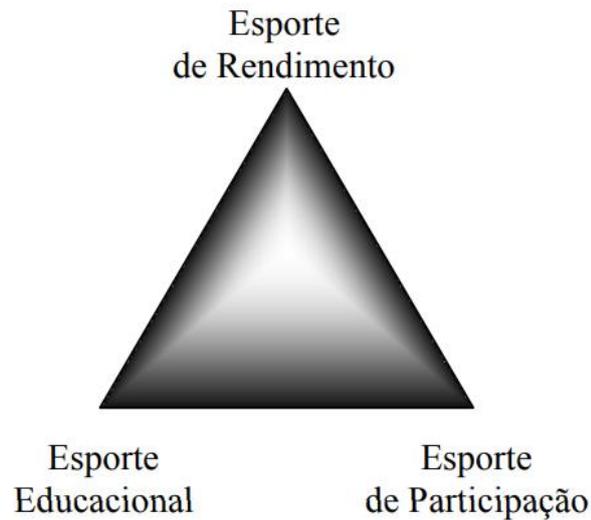
Já, o desporto de participação é praticado de modo voluntário, caracterizado pela liberdade lúdica, com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, a promoção da saúde e da educação, e a preservação do meio ambiente (BRASIL, 2013).

O desporto de rendimento é praticado segundo as disposições da Lei nº 9.615, de 1998, e das regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados de superação ou de performance relacionados aos esportes e de integrar pessoas e comunidades do País e de outras nações (BRASIL, 2013).

Para Costa (2007), o esporte de alta competitividade é o esporte-espetáculo de rendimento transformado em mercadoria. Desporto de rendimento é, pois, aquele que tem o âmago de sua atividade centrada na finalidade de obter resultados, o que equivale a dizer obter resultados provenientes dos mais altos rendimentos. Nesse caso, o objetivo do esporte de alto rendimento converge para os recordes e as vitórias, consubstanciando a ideia de que esporte é rendimento.

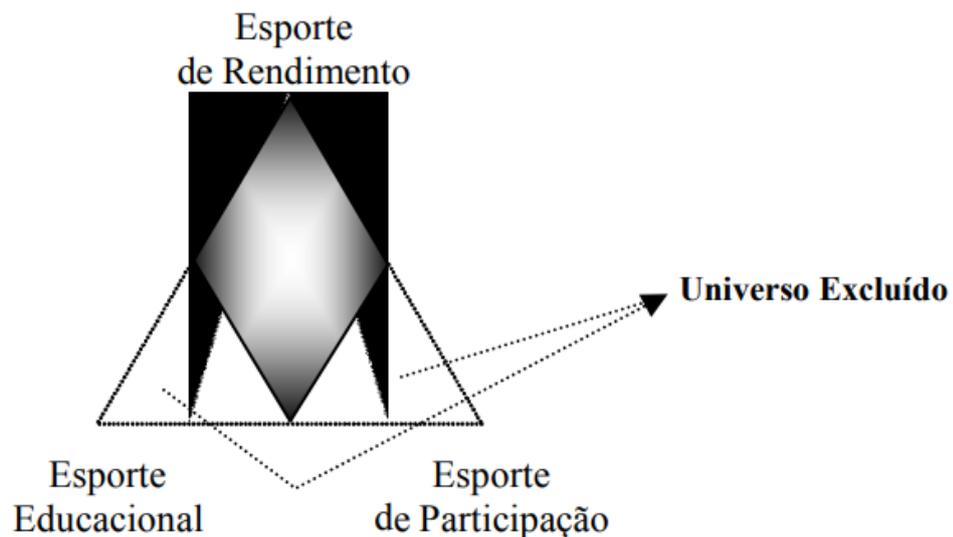
Galindo (2005) enfatiza que a elaboração, implementação, controle e avaliação de políticas públicas para o esporte esbarra na necessidade de equilibrar o tripé do desporto (educacional, de participação e de rendimento).

O autor acrescenta que os insucessos de muitos governos, no que tange ao esporte e lazer, residem na inobservância das tipologias das atividades físicas, o que gera distorções da função do Estado e comprometendo, assim, a possibilidade de realizarem ações concretas no sentido de proporcionar um desenvolvimento social equilibrado, sólido e com a promoção da qualidade de vida da população. A Figura 1 apresenta a gestão pública equilibrada do esporte.

Figura 1: Gestão Pública Equilibrada do Esporte

Fonte: Galindo (2005, p. 6)

Galindo (2005) frisa que caso o governo fomente as políticas públicas apenas no esporte de rendimento, inevitavelmente haverá imediato desamparo nas esferas escolares e comunitárias, provocando redução gradual da sustentação dos resultados atléticos, pela falta de renovação, devido ao elevado grau de exclusão, proveniente do processo seletivo desta dimensão esportiva e da redução da base de praticantes efetivos oriundos das escolas e espaços públicos. Este cenário pode ser visualizado na Figura 2.

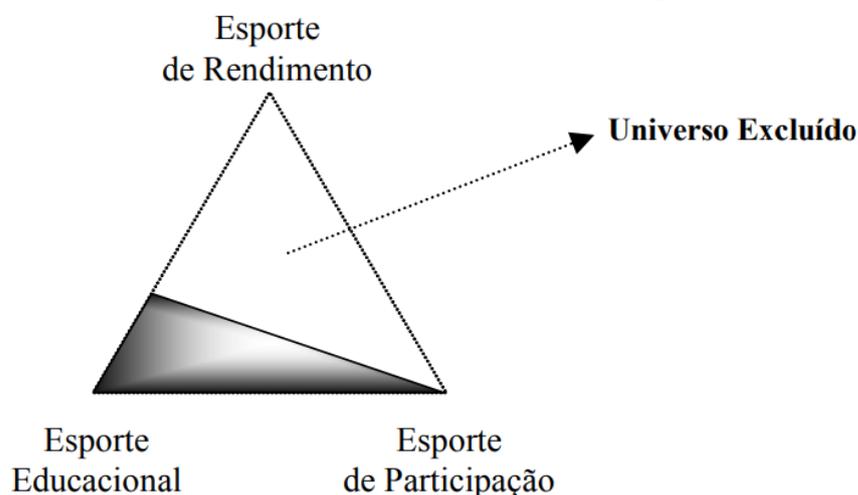
Figura 2: Gestão Pública do Esporte distorcida pela abordagem de Rendimento

Fonte: Galindo (2005, p. 6)

Já, se o governo concentrar esforços em apoiar e financiar ações apenas na dimensão do esporte educacional, ficará claro a exclusão da parte da população (crianças, jovens, adultos e idosos) não integrada ao circuito escolar, bem como

haverá uma gradual diminuição da capacidade de várias entidades de prática e de administração desportivas locais em apresentar uma imagem favorável nos eventos externos (GALINDO, 2005). Esta distorção é evidenciado na Figura 3.

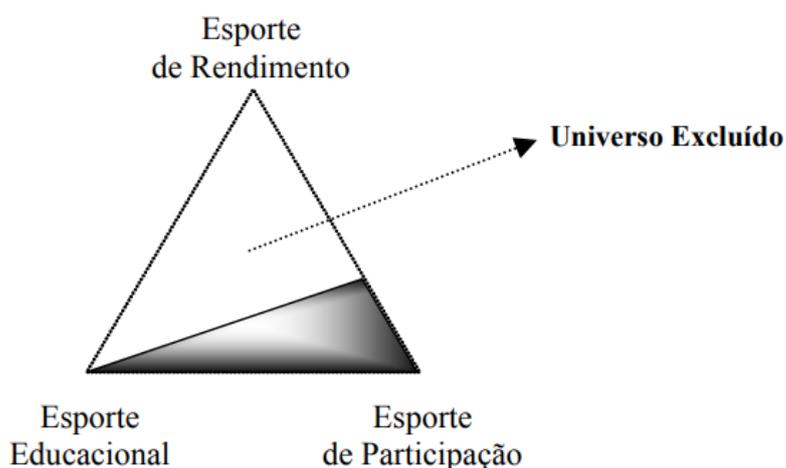
Figura 3: Gestão Pública do Esporte distorcida pela abordagem educacional



Fonte: Galindo (2005, p. 6)

No caso de o governo promover políticas apenas na dimensão do esporte de participação, tanto o potencial formativo do universo escolar ficará comprometido e o respectivo segmento social fortemente excluído, quanto a capacidade e resultados das entidades do sistema desportivo local tornar-se-ão inexpressivas, frente ao contexto macro (GALINDO, 2005), conforme representado na Figura 4.

Figura 4: Gestão Pública do Esporte distorcida pela abordagem de lazer



Fonte: Galindo (2005, p. 7)

Segundo Galindo (2005), para que a administração pública ampare o adequado desenvolvimento social, faz-se necessário também o equilíbrio dinâmico

da gestão de esporte e lazer na cidade, por meio de uma integração do governo nas áreas da educação, esporte, lazer, saúde, cultura e ação social, garantida nos diversos instrumentos de planejamento municipal (lei orgânica municipal; plano de governo; plano estratégico; plano plurianual de investimentos; lei de diretrizes orçamentárias e lei de orçamento anual) e de gestão urbana (plano diretor; legislações sobre áreas de interesse especial; legislações sobre áreas de interesse social e códigos específicos).

2.4 BENEFÍCIOS DA PRÁTICA DA ATIVIDADE FÍSICA E DO ESPORTE E A IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

A atividade física e o esporte são importantes para a manutenção da saúde e do corpo do homem, prevenindo contra doenças, sendo definida qualquer atividade que utiliza o movimento do corpo em que proporciona gasto de energia, caloria, podendo ser atividades executadas no dia a dia ou até mesmo exercícios físicos e esporte (NAHAS, 2003).

Vale ressaltar que mesmo com a vida corrida, atribulada, o homem não pode alegar a falta de tempo para a execução de atividade física, exercícios físicos sistemáticos ou à prática desportiva. Ao destacar que exercícios físicos são denominados com forma de atividade física planejada e repetitiva, que visa à manutenção, desenvolvimento e recuperação da aptidão física, que é o conjunto de características funcionais que o homem possui para a capacidade de realizar algum tipo de atividade física, desportiva, relacionada à saúde do homem (FAIX; SILVEIRA, 2012).

Neste contexto, a atividade física é classificada entre atividades de trabalho e lazer, sendo que a prática regular de algum tipo de atividade física e de esporte proporciona o combate e prevenção de doenças como: hipertensão, obesidade, cardíaca, emocionais, entre outras (ZAITUNE *et al.*, 2010).

“A atividade física está associada ao bem-estar, a saúde e a qualidade de vida, especialmente a partir da meia idade, pois é a partir desse ponto que os riscos da inatividade se solidificam e se acentuam” (NAHAS, 2003, p. 31).

Vale enfatizar que a preocupação com a prática de exercício físico, tendo como referência a aptidão física relacionada à saúde, tem destaque no âmbito da Educação Física escolar e das ciências do esporte. Durante séculos acreditou-se que características físicas estivessem associadas à boa saúde e à longevidade de um indivíduo, porém a aptidão física está relacionada à capacidade funcional do ser humano e, conseqüentemente, existe uma grande relação entre os níveis de aptidão física e o estado de saúde das pessoas (NAHAS, 2003).

É importante destacar a diferença existente entre atividade física e exercícios físicos e esporte. A atividade física é uma atividade sem planejamento, repetições, com atividades leves. Já a os exercícios e o esporte são atividades físicas moderadas ou intensas, com planejamento, com estrutura e repetições, que visam desenvolver o corpo, as habilidades, a coordenação motora, a aptidão física. Contudo, ambas beneficiam o homem, o corpo, a manutenção da saúde (FAIX; SILVEIRA, 2012).

O esporte é toda atividade física que visa o aperfeiçoamento físico, mental, manual quer seja por meio de competição, exercícios ou passatempo. É o conjunto de exercícios físicos, praticados de modo metódico, sob a forma de jogos individuais ou em equipes, com observação de determinadas regras e sem finalidade utilitária, imediata, visando acima de tudo desenvolver a força muscular, a resistência, agilidade, a destreza e a coragem. Assim, o esporte é uma modalidade desportiva, o êxito do esporte depende essencialmente do treinamento (ALBINO *et al.*, 2012).

Quanto mais sedentária a vida, quanto maiores e mais fortes as tensões impostas sobre o indivíduo, maiores os riscos de uma morte prematura. São muitos os fatores que prejudicam a saúde do homem sedentário, uma vez que ele não faz esforços desnecessários, e assim, o coração fica despreparado para exercícios violentos. Mais não é só o coração que sofre com a vida sedentária, com má alimentação, como: dores, indigestão, reumatismo, dores lombares, prisão de ventre, obesidade, hipertensão, entre outras (BURGOS, 2015).

Uma pessoa ativa, que pratica atividade física regularmente, ou pratica algum esporte, tem vida prolongada, reduz problemas de saúde, cardíacos, de pressão, ou seja, proporciona manutenção da saúde, do funcionamento do corpo e qualidade de vida ao indivíduo (ROCHA, 2020).

É importante destacar o reconhecimento da importância fundamental da atividade física e do esporte para a saúde e para a qualidade de vida do homem. A

atividade física, seja ela aeróbica, de resistência ou força, promove a redução da frequência cardíaca, da pressão arterial em repouso e para esforços submáximos, além de promover a redução de arritmias fatores fundamentais de preservação de moléstias do coração (MONTEIRO, 2004).

Neste sentido, ao contrário da atividade física, o sedentarismo constitui num dos quatro fatores de risco para aterosclerose e doença isquêmica do coração, além de ser o principal causador do aparecimento de uma série de doenças degenerativas (GORDINHO, 2018).

Análises epidemiológicas demonstraram que muitos indivíduos morreram simplesmente pelo fato de serem sedentários e este fato contribuiu para que a atividade fosse vista por inúmeros países como uma questão de saúde pública. Assim, para aumentar a capacidade contrátil dos músculos e com isso aumentar a força e massa muscular são indicados os exercícios resistidos, devido ao aprimoramento da capacidade de recrutamento de unidades motoras para contração simultânea que aumentam a força muscular (MATTOS, 2020).

Em pouco tempo a força e a mobilidade articular evoluem para os níveis necessários à independência pessoal e diminui o risco de queda. Idosos que envelhecem praticando exercícios com peso conseguiram conservar a massa muscular e a agilidade (NAHAS, 2003).

Contudo, a atividade física e o esporte, aeróbicos, de resistências ou de forças, são importantes e fundamentais para a vida do homem, uma vez que promove saúde e qualidade de vida, manutenção da saúde, do corpo, da mente, uma vez que o esporte e a atividade física trabalham não só o corpo, mas beneficia o corpo e a mente, o intelecto (RONDON, 2003).

Diante do exposto, a Sociedade Brasileira de Medicina do Exercício e do Esporte (SBMEE) tem disponibilizado periodicamente informações que possibilitem aos profissionais não só da área da saúde como de áreas afins a atualização em temas relacionados às ciências do esporte.

De acordo com a SBMEE (2021), desde 1996, são publicados documentos que traz o posicionamento da entidade sobre os seguintes assuntos: i) atividade física e saúde em indivíduos aparentemente saudáveis; ii) atividade física e saúde na infância e adolescência; iii) atividade física e saúde em indivíduos idosos; iv) atividade física e saúde da mulher; e, v) atividade física e o Covid-19.

Outro ponto que merece destaque é a discussão sobre as práticas de atividade física e a pandemia do Covid-19, pois é praticamente impossível encontrar algum indivíduo não só no Brasil, mas no mundo que não tenha sido afetado, direta ou indiretamente, por esta nova doença.

Estudos realizados por Pitanga, Beck e Pitanga (2020a, 2020b), Matias e Dominshi (2020) e Cavalcante *et al.* (2021) evidenciam que a prática de atividade física pode contribuir, um pouco, para a diminuição da inflamação e melhora a resposta do corpo a infecções originadas pela Covid-19 e a capacidade cardiorrespiratória.

Dada as recomendações de isolamento social impostas no Brasil e no Mundo, Ferreira *et al.* (2020) e Loch, Rech e Costa (2020) destacam que a população adotou uma rotina mais sedentária, o que favoreceu o ganho de peso corporal e surgimento de comorbidades associadas a maior risco cardiovascular, como obesidade, aumento da pressão arterial, intolerância à glicose, bem como transtornos psicossociais como ansiedade e depressão.

Neste contexto, Souza Filho e Tritany (2020) evidenciam que a manutenção de uma rotina de vida fisicamente ativa deve ser incentivada como uma medida preventiva para a saúde e o enfrentamento contra a disseminação do vírus.

Loch, Rech e Costa (2020) argumenta que uma discussão relacionada ao Covid-19 e aos profissionais de educação física foi a reabertura ou não das academias de ginásticas e dos espaços públicos para a prática de atividade física. Os autores complementam dizendo que os serviços de academias e clubes foram considerados atividades essenciais no decreto presidencial e que esta inclusão foi influenciada pelo Conselho Federal de Educação Física.

Todavia, os profissionais de educação física ficam vulneráveis a se contaminarem dada a essa reabertura. Souza Filho e Tritany (2020) sugerem o desenvolvimento e adoção de metodologias alternativas que favoreçam a autonomia dos indivíduos e promovam a atividade física.

Neste contexto, os autores recomendam a implantação de canais de comunicação remotos entre profissionais de educação física e população para a avaliação profissional e sugestão da atividade física adequada para cada indivíduo. Essa comunicação pode ser realizada via plataformas remotas como Google Meet, Zoom, Skype, WhatsApp e entre outros.

Segundo Souza Filho e Tritany (2020, p. 3), ...

[...] essas ações podem ser adotadas por profissionais de educação física liberais, como *personal trainers*, bem como pelos estabelecimentos de saúde e atividade física, públicos e privados. Os profissionais de educação física vinculados às unidades de atenção primária, por exemplo, podem desenvolver programas de atividade física – baseados em materiais instrucionais e comunicação remota – prescrições e avaliações, de acordo com grupos, favorecendo a continuidade do cuidado e a manutenção do vínculo.

Souza Filho e Tritany (2020) reforçam que a prática de atividades físicas com acompanhamento de um profissional de educação física, inclusive em domicílio, deve ser uma política de saúde pública amplamente divulgada e difundida que se enquadre às novas dinâmicas sociais e busque incentivar a autonomia e independência dos indivíduos. É importante salientar que a literatura sobre a atividade física e o Covid-19 está em fase de construção.

Para Pitanga, Beck e Pitanga (2020a, 2020b), a prática regular da atividade física atua como um modulador do sistema imune, de forma a estruturar progressivamente a resposta fisiológica à minimização do dano. Os autores explicam que, durante o exercício físico, uma série de citocinas pró e anti-inflamatórias são liberadas, há incremento na circulação de linfócitos, assim como no recrutamento celular. Esses efeitos levam ao melhor controle da resposta inflamatória, reduzem os hormônios do estresse, e resultam em menor incidência, intensidade de sintomas e mortalidade frente a ocorrência de infecções virais, especialmente as respiratórias.

Nogueira *et al.* (2021), Carvalho, Freitas e Akeman (2021) sugerem que o exercício físico regular reduz a mortalidade para pneumonia, incluindo por influenza, e favorece as funções cardiorrespiratórias, resposta vacinal, metabolismo da glicose, lipídeos e insulina. Esses pesquisadores recomendam que a prática do exercício físico, tanto de forma aguda quanto crônica, apresenta o benefício significativo da modulação da inflamação sistêmica, além de contribuir para controle do peso corporal.

Complementando os benefícios da prática de atividade física, é importante abordar sobre a atuação do profissional de educação física nos espaços públicos urbanos. Essa atuação baseia-se na execução de inúmeras atividades inerentes a profissão, na qual favorece como auxílio eficaz na promoção e reabilitação da saúde da população. Assim sendo, as ações do profissional incluem: a supervisão, orientação e autocuidados na produção de incentivo para melhorar a qualidade de vida da população (GARCIA *et al.*, 2021).

Para melhor compreender quais as ações cabíveis ao profissional de Educação nos espaços públicos urbanos por meio de projetos públicos, vale destacar o que cita Sales *et al.* (2018, p. 2).

- Desenvolver atividades físicas e práticas junto à comunidade;
- Veicular informação que visem à prevenção, a minimização dos riscos e à proteção à vulnerabilidade, buscando a produção do autocuidado;
- Incentivar a criação de espaços de inclusão social, com ações que ampliem o sentimento de pertinência social na comunidade, por meio da atividade física regular, do esporte e lazer, das práticas corporais;
- Proporcionar Educação Permanente em Atividade Físico-Prático corporal, nutrição e saúde juntamente com as Equipes PSF, sob a forma de coparticipação, acompanhamento supervisionado, discussão de caso e demais metodologias da aprendizagem em serviço, dentro de um processo de Educação Permanente;
- Articular ações, de forma integrada às Equipes PSF, sobre o conjunto de prioridades locais em saúde que incluam os diversos setores da administração pública;
- Contribuir para a ampliação da utilização dos espaços públicos de convivência como proposta de inclusão social e combate à violência;
- Identificar profissionais e/ ou membros da comunidade com potencial para o desenvolvimento do trabalho em práticas corporais, em conjunto com as Equipes do PSF;
- Capacitar os profissionais. Inclusive os Agentes Comunitários de Saúde, para atuarem como facilitador-monitores no desenvolvimento de atividades físicas práticas corporais;
- Supervisionar, de forma compartilhada e participativa, as atividades desenvolvidas pelas Equipes PSF na comunidade;
- Articular parcerias com outros setores da área junto com as Equipes PSF e a população, visando ao melhor uso dos espaços públicos existentes a ampliação das áreas disponíveis para as práticas corporais;
- Promove eventos que estimulem as ações que valorizem. Atividade Físico-Prático Corporais e sua importância para a saúde da população;

Entende-se que profissional de Educação Física precisa e deve trabalhar em equipe com os multiprofissionais quem atuam nos projetos municipais, as junções dos mesmos formulam coparticipação que constituem métodos e estratégias articuladoras das propostas que combatem inúmeras doenças, uma vez que, as práticas corporais em conjuntos com a comunidade materializam as ações de saúde (GARCIA *et al.*, 2021).

Não se pode duvidar dos benefícios, já citados, que exercício físico proporciona ao organismo humano, e a existência de programas do Ministério da Saúde em prol da efetivação satisfatória do exercício físico, incluído propostas que atende as necessidades e expectativas, gradativamente a promoção da saúde é acionada, por estabelecer uma conjuntura de ações que resultam em aumento na expectativa de vida, caracterizando-se em uma sociedade saudável (ORUÉ *et al.*, 2018).

3 MÉTODO

Esta seção apresenta o método e as técnicas que foram utilizadas para realização da pesquisa. Segundo Hughes (1983), a teoria, os métodos e a prática caminham juntas e operam dentro de um determinado conjunto de suposições sobre a natureza da sociedade e do homem, sobre a relação entre os dois e sobre como podem ser conhecidos.

No campo das ciências sociais aplicadas, as pesquisas devem contar com uma investigação sistemática, calcada em critérios sólidos, que gerem informações confiáveis para melhor entender as atitudes, os comportamentos e as decisões que cercam as organizações (COOPER; SCHINDLER, 2003). Para tanto, desenhou-se a matriz de amarração metodológica, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2: Matriz de Amarração Metodológica

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS	PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS	MARCO TEÓRICO
Diagnosticar as condições dos espaços públicos destinados a prática de esporte e lazer no município de Imperatriz – MA.	Imagens dos espaços públicos destinados a prática de esporte e lazer	Análise fundamentada nos princípios de Miles e Huberman (1994)	Habermas (1984) NU (2017) Narciso (2009) Ecker (2020)
Avaliar o papel do profissional de educação física para a prática de esporte e lazer nos espaços público urbanos e a promoção de qualidade de vida da população.	Entrevistas por meio de um roteiro semiestruturado com quatro profissionais de educação física do município e Imperatriz – MA.	Técnica de Sensemaking – abordagem narrativa Análise Textual / Lexical por meio do IRAMUTEQ (nuvem de palavras, classificação hierárquica descendente e teste de similitude)	Pieri e Huber (2013) Castro e Castro (2015) Santos e Bessa (2018)
Analisar as políticas públicas do município de Imperatriz (MA) voltadas para o lazer e práticas de esportes.	Levantamento documental das leis contidas no município voltadas para o lazer e práticas de esporte.		Galindo (2010) Meirelles (2011)

Fonte: Elaborado pelo autor

Deste modo, nesta dissertação, a metodologia iniciou-se com a descrição do tipo de pesquisa, seguiu com uma breve descrição da área de realização da pesquisa, explicou e definiu o instrumento e procedimento para coleta de dados que

foi utilizado para delimitar o estudo e, por fim, descreveu como foi o procedimento para análise de dados que foram obtidos.

3.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa valeu-se da abordagem qualitativa. De acordo com Eisenhardt (1989), os estudos com dados qualitativos, são particularmente úteis quando se quer entender o porquê do relacionamento entre variáveis. Com a identificação desse relacionamento, os dados qualitativos geralmente proporcionam um bom entendimento das dinâmicas entre o como, por que e o que está acontecendo.

No entendimento de Yin (2003) e Van Maanen (1988), esse tipo de pesquisa possui o potencial para atender, de maneira satisfatória, o interesse dos pesquisadores em se obter informações relevantes, resultantes do levantamento em profundidade dos dados, possibilitando conhecer melhor um determinado fenômeno.

Esta abordagem foi escolhida, pois atende adequadamente o pesquisador quanto ao seu interesse que é estudar de forma aprofundada e contextualizada as políticas públicas para a prática do esporte e lazer nos espaços urbanos públicos no município de Imperatriz - MA.

Devido à amplitude da pesquisa proposta, optou-se por utilizar como método de pesquisa uma formulação do tipo pesquisa exploratório-descritiva, uma vez que pretende, por um lado, explorar as políticas públicas para a prática do esporte e lazer, e, por outro lado, descrever uma situação específica de um determinado município, Imperatriz (MA).

Conforme Cervo e Bervian (1996, p. 49), uma pesquisa exploratória “tem por objetivo familiarizar-se com o fenômeno ou obter uma nova percepção e descobrir novas ideias”. Pode-se dizer que estas pesquisas objetivam, principalmente, o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

Para Triviños (1987), a pesquisa descritiva se caracteriza pela investigação de uma série de informações sobre o que deseja pesquisar, buscando descrever os fatos e fenômenos de determinada comunidade, suas características, valores e problemas relacionados à cultura.

Segundo Selltiz *et al.* (1965), a pesquisa descritiva busca descrever detalhadamente um fenômeno ou situação, permitindo abranger, com exatidão, as características de um indivíduo, uma situação, ou um grupo e descobrir a relação entre os eventos.

3.2 ÁREA DE REALIZAÇÃO

Segundo o IBGE (2017), o município de Imperatriz (MA) está localizado a margem direita do rio Tocantins, e é atravessada pela Rodovia Belém-Brasília, situando-se na divisa com o estado do Tocantins. Compreende uma área territorial de 1.367,901 km², ocupando a segunda maior área do Estado e possui uma população estimada em 247.553 mil habitantes.

A cidade foi fundada em 16 de julho de 1852, mas passou a categoria de cidade somente em 1924. Com a construção da rodovia Belém-Brasília em 1958 no governo do então Presidente Juscelino Kubitschek, ocorrendo desenvolvimento populacional, econômico do município e a função de entreposto comercial engloba cidades do Maranhão, Tocantins e Pará. O município ocupa a posição de polo econômico regional e a segunda maior população regional e a segunda maior população do estado (FRANKLIN, 2008).

Sua ascensão à condição de cidade é datada de 22 de abril de 1924, no então governo de Godofredo Viana decretada pela Lei nº 1.179, na construção da rodovia Belém Brasília, o município de imperatriz ficou geograficamente e politicamente distante de São Luís, o que ocasionou um vagaroso desenvolvimento populacional e econômico, somente a partir de 1960 Imperatriz começou a se desenvolver e na década de 1970 já era apontada como a cidade mais progressista do país, abrigando diversas pessoas, a economia local era voltada principalmente para a agricultura e agropecuária até o fim século XIX, e logo após começou a extração da madeira e do ouro na Serra Pelada.

Segundo Franklin (2008), o histórico das atividades econômicas da cidade, que a partir da sua fundação até o fim do século XIX, desenvolveu praticamente só a atividade pastoril de criação de gado vacum, e durante o século XX voltou se para o

exercício extrativista mineral e vegetal, não criou uma planta industrial efetiva, exceto a de converter madeira em moveis e outros itens.

No decorrer dos anos a garimpagem do ouro na região foi grande responsável pelo impulso econômico local, a serra Pelada se transformava em opção de conquista de um sonho, localizada a 372 km da cidade de Imperatriz, atraiu muitos imigrantes que vinham de todos os estados da federação e muitos deles ficaram residindo na cidade de Imperatriz, onde acabaram investindo o que conseguiram no garimpo especialmente no comércio local.

Segundo Costa (1993, p. 14 *apud* FRANKLIN, 2008, p. 150), ...

[...] Nesse contexto, em fevereiro de 1980, propaga-se a descoberta de ouro no sul do Pará, em localidade a menos de 150 quilômetros de Marabá. Nascia então o garimpo de Serra Pelada, que se tornaria um dos maiores fenômenos contemporâneos da corrida do ouro em todo o mundo. [...] Eram em grande parte desempregados de projetos governamentais, como a Rodovia Transamazônica e a Hidrelétrica de Tucuruí, que, na década de 70, reduziram a pressão social na região, oferecendo empregos de baixa qualificação; também, milhares de trabalhadores da agricultura; uns sem-terra para plantar e outros com terra, mas desencantados com os reduzidos preços do arroz, que desde 1975 vinha caindo e, em 1980, chegou a seu mais baixo patamar. O resultado foi uma explosão da garimpagem e saltos substantivos na produção de ouro na região.

Muitos acabaram acreditando muito no garimpo de Serra Pelada, na esperança de ficarem ricos com desejo de bamburrar no garimpo muitas pessoas foram para Serra Pelada e investiram, mas não alcançaram o retorno que imaginavam, mesmo sendo consumido tudo que era produzindo na cidade. Desde então a cidade de Imperatriz passou por diversas transformações socioeconômicas e estruturais, com os ciclos do arroz, do ouro, da madeira e da pecuária, que contribuíram para migração de pessoas de outras regiões do Brasil.

Com a obra de construção da Belém-Brasília, o movimento migratório aumenta consideravelmente e com esse aumento populacional na cidade obtidos pelos vários ciclos que ocorreram no decorrer dos anos, muitos derivados de mantimentos naturais, tiveram escassez, surgindo novos modelos econômicos, atraindo imigrantes que chegavam ao município, para trabalhar no comércio de forma direta ou indireta.

O município de Imperatriz - MA encontra-se como interposto comercial e de prestação de serviços, no quais são abastecidos diversos mercados locais num raio de aproximadamente 400 km, tais como Balsas/MA e Araguaína/TO. Imperatriz está localizada numa área de atuação de grandes projetos, como a mineração da serra

dos Carajás em Marabá e Parauapebas no Pará, as siderúrgicas em Açailândia, a Ferrovia Carajás-Itaqui, a Ferrovia Norte-Sul, de alguma maneira contribuem para o seu crescimento.

Com a presença de grandes empresas que estão instaladas e as que estão se instalando no município, com a Indústria de celulose Suzano, as faculdades e investimentos de iniciativas do poder público Federal, Estadual e Municipal, obteve-se um quadro atrativo e favorável para que mais indivíduos venham se estabelecer em Imperatriz em busca de melhores condições de vida.

A dinâmica dos ciclos econômicos de Imperatriz alcançou mais uma etapa de extrema importância para seu desenvolvimento, são os serviços ligados à educação em nível superior, transformando a cidade em polo universitário da região. A esse respeito Franklin (2008, p. 94) previne, “a área do conhecimento é, portanto, o novo rumo que Imperatriz se projeta, como potencialidades de dar caráter definitivo à sua identidade socioeconômica”.

Após esses acontecimentos, o espaço urbano de Imperatriz transformou-se radicalmente, houve um rápido crescimento populacional, e essa explosão demográfica acarretou enormes problemas devido à ocupação desordenada do solo, sem planejamento ou legalização, em condições insalubres, ou seja, essa ocupação saiu do controle dos governantes.

Problemas como expansão do centro urbano, e ocupação das áreas periféricas, representaram uma interferência no ambiente, e como toda obra arquitetônica não poderia ser realizada a qualquer sorte pelo particular, sem padronização, planejamento e sem a fiscalização do poder público.

Portanto, ao poder público cabe fiscalizar e orientar a realização de obras na cidade, para isso dispõe de instrumentos legais capazes de conceber um planejamento adequado de desenvolvimento do ambiente artificial.

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população desta pesquisa é formada pelos profissionais de educação física que utilizam dos espaços urbanos públicos para a prática de esporte e lazer. A amostra utilizada para este estudo é teórica e não probabilística.

Para entendimento, a amostra teórica consiste, de acordo com Strauss e Corbin (1998), num processo de coleta de dados baseado em comparações e orientado por conceitos derivados da evolução dos conhecimentos gerados pela pesquisa. Para atingir essa proposta, o pesquisador necessita ir a lugares, estar em eventos ou contatar pessoas que maximizarão as oportunidades para se descobrir variações entre conceitos e dar densidade a categorias de análise em termos de suas propriedades e dimensões.

Outro ponto importante é com relação a seleção dos entrevistados, na abordagem qualitativa não devem ser amparadas em fórmulas universais ou simples receitas. No âmbito qualitativo, não há uma condição para o pesquisador na utilização de cálculos do tamanho amostral para universos grandes ou pequenos, o que se deve levar em consideração é a importância dos indivíduos dentro do processo investigativo (VALLES, 1997).

De acordo com a Secretaria de Educação de Imperatriz (SEMED), o município possui um total de cinquenta e cinco professores de educação física licenciados, ou seja, apto para trabalhar no ambiente escolar. Já na Secretaria de Esporte e Lazer, existe apenas quatro profissionais de educação física, ou seja, quatro bacharéis que tem qualificação para trabalhar nos espaços públicos com atendimento à população.

Como o lócus de estudo é o espaço público urbano, optou-se pelos bacharéis em educação física. Foram entrevistados, quatro profissionais de educação física, denominados de P1, P2, P3 e P4, pois o pesquisador optou pelo anonimato dos participantes. As entrevistas foram realizadas remotamente utilizando a plataforma *Teams*, gravadas e armazenadas na nuvem. Tiveram duração de aproximadamente 1 hora e 16 minutos e foram realizadas entre 4 de novembro de 2020 a 10 de novembro de 2020.

Os profissionais foram escolhidos, pois foram contratados pela Prefeitura Municipal de Imperatriz para efetuar atividades físicas nos espaços públicos urbanos. Vale ressaltar que dois dos entrevistados são concursados e dois são contratados da prefeitura.

É importante evidenciar que o projeto foi submetido ao comitê de ética e aprovado conforme parecer consubstanciado do CEP, no Anexo A, CAAE: 37218520.1.000.5501, nº do parecer 4.276.081.

3.4 INSTRUMENTO

Para responder o problema de pesquisa, adotou-se como procedimento de coleta de dados a entrevista semiestruturada, individual e em profundidade. Esta técnica qualitativa ajudou a explorar o assunto – políticas públicas para a prática do esporte e lazer nos espaços urbanos públicos no município de Imperatriz - MA, a partir da busca de informações, percepções e experiências dos entrevistados para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada.

É importante ressaltar que a entrevista semiestruturada e individual é um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo pesquisador, recolher respostas a partir da experiência de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer (MORAES, 2014).

Kandel (1981, p.178) lembra que a entrevista em pesquisa:

[...] não é simplesmente um trabalho de coleta de informações, mas, sempre, uma situação de interação, ou mesmo de influência entre dois indivíduos e que as informações dadas pelo sujeito (o material que ele fornece) podem ser profundamente afetadas pela natureza de suas relações com o entrevistador.

Conceituando, a entrevista semiestruturada é um modelo que tem origem em uma matriz, um roteiro de questões-guia que dão cobertura ao interesse de pesquisa. Ela "parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante" (TRIVIÑOS, 1987, p.146).

Neste contexto, para esta pesquisa, a entrevista semiestruturada teve questões abertas por meio de um roteiro que deu ao entrevistador flexibilidade para ordenar e formular as perguntas durante a entrevista. Pode-se dizer que, o que torna este tipo de entrevista mais rica em descoberta é a capacidade de aprofundar as questões a partir das respostas obtidas. O roteiro de entrevista foi desenvolvido com base nos trabalhos de Castro e Castro (2015) e Pieri e Huber (2013), conforme Apêndice B.

De acordo com Flick (2004), o ponto de vista dos entrevistados é mais bem expresso em uma situação de entrevista com planejamento relativamente aberto do que na realização de um questionário fechado. Portanto, outras perguntas que se

fizerem necessárias durante o processo serão realizadas, auxiliando no esclarecimento de pontos importantes para a pesquisa. As entrevistas serão gravadas, evitando a perda de informações, sendo transcritas e analisadas posteriormente.

Deste modo, espera-se que com este método de coleta de dados haja uma constante interação entre pesquisador e entrevistado, com o objetivo de retratar as experiências vivenciadas pelas pessoas e pelas organizações estudadas.

3.5 PROCEDIMENTO PARA COLETA DE DADOS

Primeiramente, foi necessário organizar a fala do participante de maneira que o leitor possa compreender o objetivo principal da pesquisa. A análise dos dados coletados foi imprescindível, além de cautelosa a sua confecção.

É o item que mostra os resultados adquiridos na pesquisa e são avaliados através da triagem dos objetivos propostos. De certa forma, a interpretação desses dados é o equilíbrio entre a teoria e a prática (RAUEN, 1999, p. 5). Seguindo a proposta de Triviños (1987, p. 12), os procedimentos das análises de conteúdo deverão obedecer aos seguintes critérios: organização prévia do material, divisão por classes; categorias; códigos; compreensão e reflexão.

Este estudo foi realizado tendo como base inicial uma extensa pesquisa documental, além disso, alguns documentos serão solicitados junto a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (SEPLU) para realizar levantamentos sobre os espaços públicos de esporte e lazer e os profissionais envolvidos nesse processo. Os dados levantados na análise documental foram: materiais utilizados nos espaços públicos, atividades realizadas e segurança no local.

No que se refere aos levantamentos das imagens dos espaços públicos urbanos e da comprovação dos materiais, atividades e segurança, o pesquisador optou por visitar todos os locais e efetuar o registro fotográfico. Esse procedimento de coleta foi realizado no período de janeiro de 2021 até abril de 2021.

Para Appolinário (2007), um documento é qualquer suporte que possua informação registrada, formando uma unidade para consulta, prova ou estudo. May (2004) argumenta que a utilização de documentos não deve ser feita isoladamente,

mas devem ser usados dentro de uma estrutura teórica para que o seu assunto possa ser compreendido.

3.6 PROCEDIMENTO PARA ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados, tanto das entrevistas com os profissionais de educação física como da análise documental, foi baseada no modelo estabelecido por Miles e Huberman (1994), que se caracteriza por um modelo interativo, sustentado em três fases: redução dos dados, apresentação, e interpretação das conclusões.

O processo de redução dos dados na investigação qualitativa é definido como o “processo de seleção, concentração, simplificação, abstração e transformação dos dados brutos que aparecem nas anotações manuscritas da pesquisa de campo” (MILES; HUBERMAN, 1994, p. 10).

Miles e Huberman (1994, p. 11) esclarecem que a segunda etapa do fluxo de atividade é a apresentação e organização dos dados. Essa etapa se caracteriza como “a estruturação de um conjunto de informações que vai permitir tirar conclusões e tomar decisões”. De acordo com os autores, essa etapa permite ao pesquisador uma apresentação dos dados num espaço visual reduzido, auxiliando no planejamento de outras análises na comparação entre diferentes conjuntos de dados.

A terceira fase desse processo interativo, segundo Miles e Huberman (1994, p. 11), é a interpretação e a verificação das conclusões. Nessa etapa o pesquisador extrai “significados a partir de uma apresentação-síntese dos dados, pondo em evidência ocorrências regulares, esquemas, explicações, configurações possíveis, tendências causais e proposições”.

Complementando esse modelo de análise qualitativa, utilizou-se técnicas de processos de *sensemaking*, por meio das estratégias narrativas. A estratégia narrativa tem por objetivo fornecer histórias, significados e mecanismos por meio das falas dos entrevistados.

De acordo com Weick (1995), o processo de *sensemaking* é uma importante base analítica para se entender os diferentes fenômenos existentes nas organizações. Para Weick (1995), este processo se diferencia da interpretação, pois

está amparado na forma de como as pessoas geram os que elas interpretam, sendo visualizado como uma atividade ou processo.

Miles e Huberman (1994) afirmam que existem várias vantagens em relação às abordagens narrativas. Elas permitem a apresentação de grande quantidade de informações em um espaço relativamente pequeno, e podem ser ferramentas úteis no desenvolvimento e verificação de ideias.

Juntamente com a análise narrativa, utilizou-se o Iramuteq (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), criado por Pierre Ratinaud (SOUZA *et al.*, 2018).

Souza *et al.* (2018) evidencia que este software foi desenvolvido na linguagem Python e utiliza funcionalidades providas pelo software estatístico R. Os autores complementam dizendo que no Brasil, ele começou a ser utilizado em 2013 em pesquisas de representações sociais, entretanto, outras áreas também se apropriaram do seu uso, e contribuem para a divulgação das várias possibilidades de processamento de dados qualitativos, visto que permite diferentes formas de análises estatísticas de textos, produzidas a partir de entrevistas, documentos e entre outras.

Vale ressaltar que os cálculos estatísticos que o software realiza sobre variáveis qualitativas baseadas nos textos não são o método de análise de dados, mas é um instrumento para explorar os dados já que a interpretação e conclusão da análise dos dados cabe ao pesquisador (CAMARGO; JUSTO, 2013).

Destaca-se que o intuito da análise lexical é a obtenção de classes de segmentos de texto que apresentam em relação ao vocabulário dos entrevistados, simultaneamente similaridades ou divergências dos segmentos de textos representados graficamente por classes.

Para a análise textual por meio do Iramuteq, utilizou-se três técnicas. A primeira técnica foi a nuvem de palavras que consiste em uma análise lexical simples, cuja estrutura da figura é construída em função da quantidade numérica de ocorrências que cada palavra tem no corpus. Assim, quanto maior e mais centralizada estiver uma palavra na nuvem, maior será o grau de sua citação. E, quanto mais afastada e menor for seu tamanho, menor será o seu grau de avocação (SILVA; SOUZA, 2018).

A segunda técnica foi a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) que, conforme Silva e Souza (2018), resulta em um dendrograma com a frequência de

uma palavra no texto, ou seja, é a quantidade de ocorrências com as posições do texto em que cada palavra aparece em percentuais. O software divide o corpus em tantas classes quantas forem as associações resultantes do cálculo de cada item lexical. Os autores destacam que o teste CHD utiliza do teste qui-quadrado de interdependência para verificar a associação lexical entre os textos.

O terceiro teste utilizado foi a análise de similitude que permite visualizar ligação entre os elementos textuais por meio de indicações de conexão entre as palavras (SILVA; SOUZA, 2018).

Com o objetivo de reconstruir o pensamento dos entrevistados e analisar as imagens fotográficas, na próxima seção será trabalhada a análise de resultados compreendendo todo o processo lógico do tema e do problema, aplicando assim todo o método descrito nesta seção.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para alcançar os objetivos específicos e o geral, esta seção está dividida em três etapas. A primeira etapa verificou as condições dos espaços públicos no município de Imperatriz – MA destinados a prática de esporte e lazer por meio de imagens fotográficas do local.

Na segunda etapa entrevistou os profissionais de educação física com o intuito de averiguar o papel deste profissional para a prática de esporte e lazer nos espaços públicos urbanos no município e a promoção da qualidade de vida da população.

Por último, realizou-se um diagnóstico das políticas públicas do município de Imperatriz – MA voltadas para a prática de esporte e lazer por meio de leis promulgadas pelo município e Estado.

4.1 DESCRIÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS DESTINADOS A PRÁTICA DE ESPORTE E LAZER NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ-MA

No intuito de responder ao primeiro objetivo específico que se baseia na verificação das condições dos espaços públicos destinados a prática de esporte e lazer no município de Imperatriz – MA, realizou-se uma análise de imagens de alguns locais públicos.

Nesse sentido, alguns dados foram fornecidos pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (SEPLU) de Imperatriz – MA e pode contribuir com informações sobre a presença de espaços públicos urbanos destinados à prática de esportes e lazer.

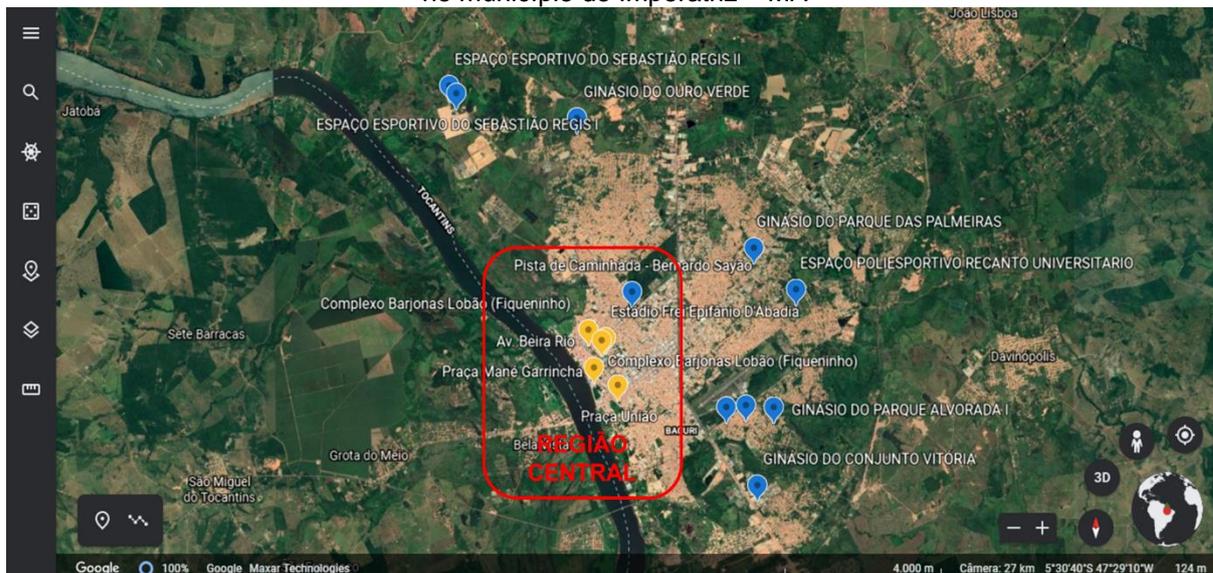
Segue uma relação mais detalhada das quadras poliesportivas no município de Imperatriz (MA) incluindo a localização e os esportes praticados nos respectivos espaços públicos, conforme Quadro 3.

Quadro 3: Relação dos Espaços Públicos Urbanos para a Prática de Esporte e Lazer no município de Imperatriz – MA

ESPAÇO PÚBLICO URBANO	BAIRRO	ESPORTE	LAZER	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO ESPORTE	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO LAZER
PRAÇA UNIÃO	UNIÃO	Esporte: Voleibol e futsal	Dança, Zumba e treinamento funcional	Terça, quinta e sábado a partir das 17h.	Segunda e quarta a partir das 19h.
ESPAÇO ESPORTIVO DA PRAÇA MANÉ GARRINCHA	CENTRO	Skate, voleibol de areia, voleibol de quadra, Futsal, handebol, basquete	Caminhada	Todos os dias iniciando as 14h	Todos os dias a partir da 17h
ESTÁDIO FREI EPIFÂNIO D'ABADIA	CENTRO	Futebol de Campo	Festa Religiosas e típicas	Todos os finais de semana a partir das 14h até as 22h.	Quando ocorre as atividades.
ESPAÇO POLIESPORTIVO BARJONAS LOBÃO	CENTRO	Natação, Tênis de quadra, Handebol, Basquete, Voleibol, Futsal e Skate	Caminhada e Corrida	Aberto das 14h até as 23h	Aberto das 14h até as 23h
GINÁSIO DO CONJUNTO VITÓRIA	CONJUNTO VITORIA	Futsal e handebol	Patins e Queimada	Segunda, Quarta e Sexta acontece a modalidade de futsal às 14 h	Sábado a partir das 14h
GINÁSIO DO PARQUE ALVORADA I	PARQUE ALVORADA I	Futsal	-	-	-
ESPAÇO POLIESPORTIVO RECANTO UNIVERSITARIO	RECANTO UNIVERSITÁRIO	Futebol de campo, futsal, voleibol, handebol e basquete	Caminhada	Segunda, quarta e sexta às 16h	Todos os dias a partir das 17h.
GINÁSIO DA CAEMA E ACADEMIA DA SAÚDE	CAEMA	Badminton, voleibol e futsal	Atividades Recreativas e Aulão de Dança	Quartas e sextas as 15h	Segunda, quarta e sexta a partir das 17h 30 min.
GINÁSIO DO OLHO D'ÁGUA	OLHO D'AGUA	Futsal	Queimadas e Zumba	Terça e quinta às 15h.	Segunda e quarta às 14h (queimada) Todos os dias as 16h (zumba)
ESPAÇO ESPORTIVO DO SEBASTIÃO E CAMPO DE FUTEBOL REGIS I e II	SEBASTIÃO REGIS	Futebol de campo, Futsal e Handebol	Passeio ciclístico, caminha e dança	Todos os dias a partir das 17h	Todos os dias a partir das 15h
GINÁSIO DO OURO VERDE	OURO VERDE	Handebol, Voleibol e futsal	Atividades Recreativas	Segunda, quarta e sexta a partir das 15h.	Domingos das 8h às 11h
CICLOVIA – BERNARDO SAYÃO	CENTRO	Caminhada, Corrida e Ciclismo	Caminhada, Corrida e Ciclismo	Aberto 24h	Aberto 24h
ESPAÇO ESPORTIVO DA BEIRA RIO	BEIRA RIO	Basquete, futsal e voleibol de areia	Caminhada e andar de bicicleta	Todos os dias a partir das 16h	Aberto 24h

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (SEPLU) (2020)

Figura 5: Mapa com a localização dos Espaços Públicos Urbanos para a Prática de Esporte e Lazer no município de Imperatriz – MA



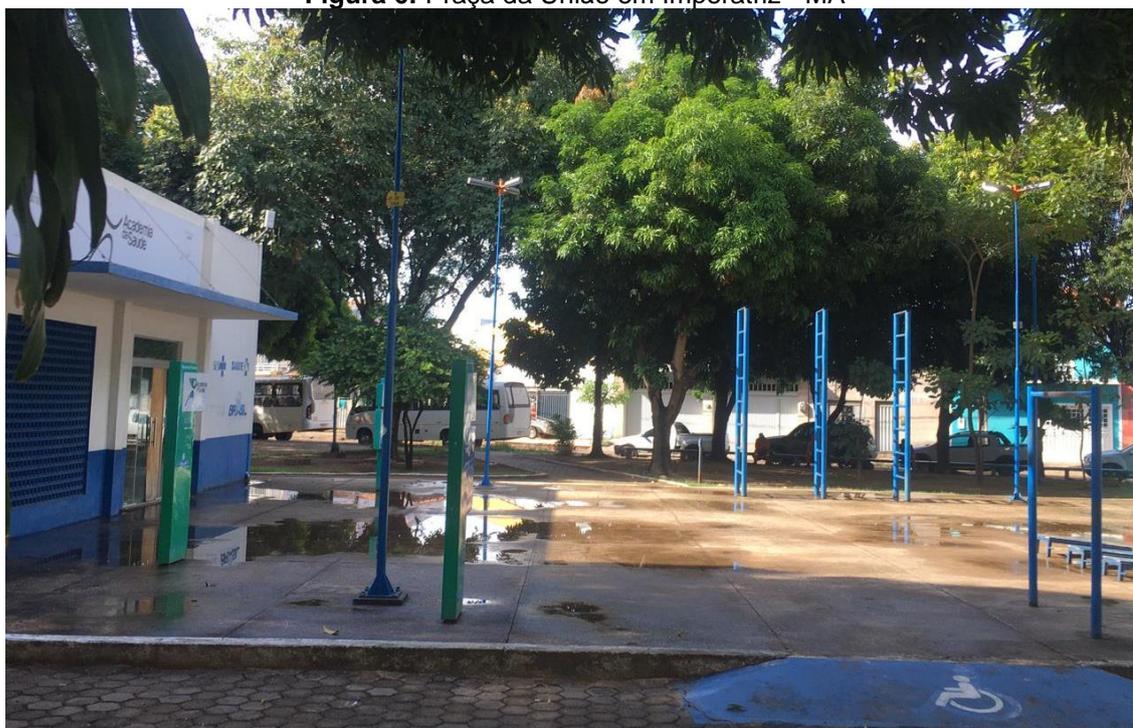
Fonte: Google Earth (2021)

Ao analisar a Quadro 3, observou-se que atualmente o município possui doze quadras poliesportivas e uma pista de caminhada e ciclismo, o que pode contribuir para a prática de esportes e lazer e proporcionar uma melhor qualidade de vida para a população.

Os espaços públicos apresentados no Quadro 3 são destacadas na Figura 5. Nota-se que há uma concentração de locais aptos para a prática de esportes e lazer na região central do município de Imperatriz-MA, deixando as regiões periféricas carentes deste tipo de espaço público.

Complementando o Quadro 3 e a Figura 5, observa-se na Figura 6, a Praça da União que contempla uma das academias da saúde no município. De acordo com o Ministério da Saúde (2020), o programa Academia da Saúde, lançado em 2011, é uma estratégia de promoção da saúde e produção do cuidado que funciona com a implantação de espaços públicos conhecidos como polos do Programa Academia da Saúde. Esses polos são dotados de infraestrutura, equipamentos e profissionais qualificados.

Observa-se na Figura 6 que a Praça da União é bem arborizada, possui aparelhos para a execução de exercícios como abdominal, alongamentos e entre outros e apresenta condições físicas apropriadas para a prática de atividades físicas. Possui um painel com dicas de exercícios para os usuários. Também foi observado que este espaço público possui acessibilidade para os deficientes físicos.

Figura 6: Praça da União em Imperatriz - MA

Fonte: Arquivo Pessoal

Os esportes praticados na Praça da União são voleibol e futsal que acontece toda terça, quinta e sábado a partir das 17 horas. Já, as atividades de lazer desenvolvidas neste espaço são treinamento funcional e dança de zumba e que acontece todas as segundas e quartas feiras a partir das 19 horas.

As atividades na academia da saúde localizada na Praça da União são acompanhadas por profissionais de educação física, pois são espaços que fazem parte das ações de promoção da saúde do município em articulação com outros programas como Saúde da Família ofertados pelo Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF).

Apesar do acompanhamento dos profissionais de educação física concursados pela prefeitura, os materiais, tais como: cordas, cones e elásticos, que são utilizados para as atividades físicas são de propriedade particular dos profissionais, tendo apenas o aparelho de som sendo fornecido pelo poder público. Diante deste cenário, não há atividades neste local a quase um ano devido à falta de equipamentos e intensificada por causa da pandemia. No que se refere a segurança na Praça da União, observou-se que não há presença de segurança, apenas, por alguns instantes, há a circulação de uma viatura da polícia militar, todavia, sem horário definido.

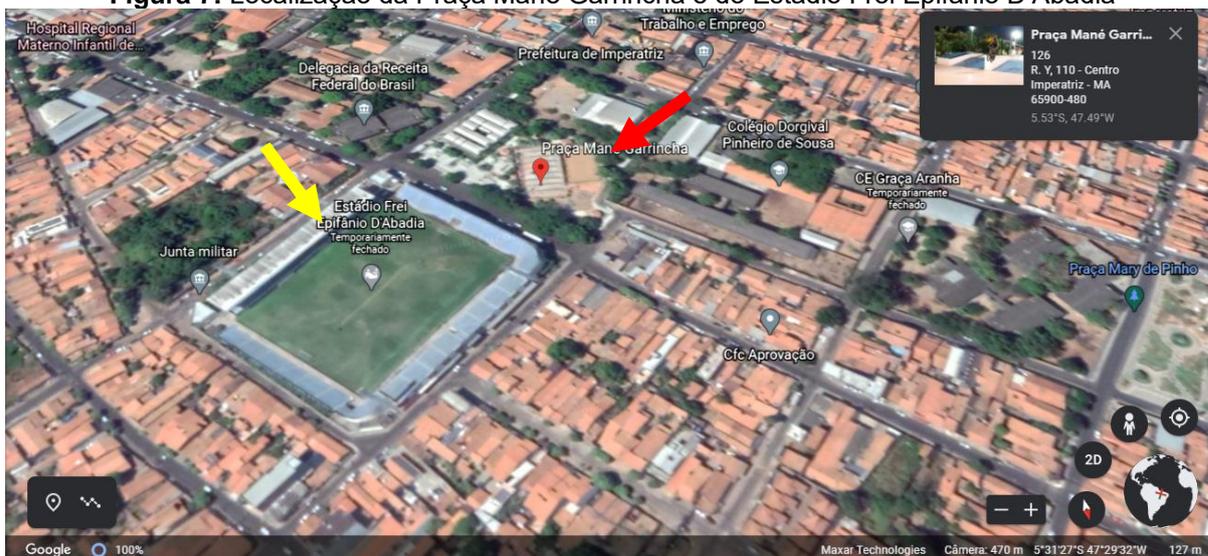
Outro espaço público é a Praça Mané Garrincha que foi fundada há 15 anos e está localizada próxima ao Estádio Municipal Frei Epifânio, conforme apresentado na Figura 7.

De acordo com o portal de notícia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA, 2020a), esta praça tem em sua concepção a prática de vários esportes, tais como: skate, voleibol de areia e de quadra, futsal, handebol e basquete, e dispendo de uma quadra de basquete, de vôlei, patins e skate.

As atividades esportes iniciam às 14 horas. No que se refere ao lazer, nota-se que este espaço público é utilizado pela população para a prática de caminhada todos os dias, na sua maioria das vezes, a partir das 17 horas. Essas atividades são acompanhadas por um profissional de educação física contratado ou concursado pela Secretaria de Educação do município. Entretanto, a única atividade que não tem acompanhamento profissional é o skate. São os moradores que utilizam deste espaço com os seus skates pessoais.

Os materiais disponíveis na Praça Mané Garrincha são: dez bolas de futsal, dez bolas de basquete, oito bolas de voleibol e nove bolas de handebol, que são fornecidos pelo município. No que tange a segurança do local, observa-se que há patrulha da polícia militar no período matutino, das 7h às 10h, e no período vespertino e noturno, das 17h 30 min até às 21h.

Figura 7: Localização da Praça Mané Garrincha e do Estádio Frei Epifânio D'Abadia



Fonte: Google Earth (2020)

O local foi nomeado em homenagem ao Mané Garrincha que foi considerado por muitos brasileiros um dos melhores jogadores do futebol brasileiro. Na Figura 8

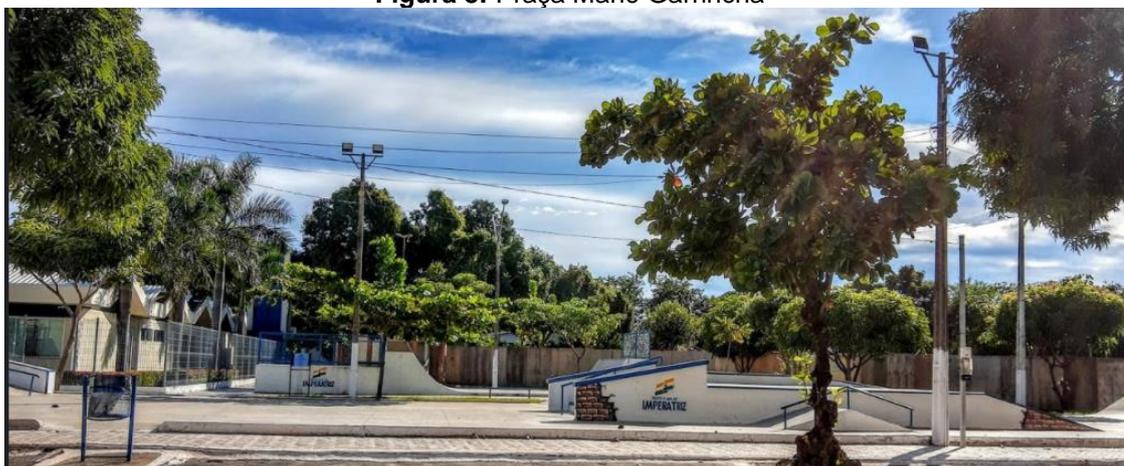
mostra a pista de skate e patins da Praça Mané Garrincha. É possível observar que está pista apresenta condições apropriadas para a prática de esportes.

No ano de 2015, o local ficou conhecido nacionalmente, após a repercussão de um vídeo da Rayssa Leal, que tinha apenas 7 anos e demonstrava sua vocação para o skate. Ela é conhecida como a 'Fadinha do skate', porque ela gostava de treinar na praça vestida com a fantasia de fada. Em 2020, aos 12 anos, ela é integrante da seleção brasileira de skate sendo a terceira melhor skatista do mundo e a segundo no Brasil (UFMA, 2020a).

Em 2021, Rayssa Leal conquistou a medalha de prata na disputa do *street* dos Jogos Olímpicos Tóquio 2020, tornando-se a mais jovem medalhista Olímpica da história do Brasil (JOGOS OLÍMPICOS, 2021).

A atleta entrou na lista de finalistas na categoria de melhor atleta de ação. Ela concorreu ao prêmio com: o surfista brasileiro Ítalo Ferreira, campeão mundial em 2019; a surfista havaiana Carissa Moore, tetracampeã mundial em 2019; a americana Chloe Kim, campeã mundial de snowboard; o skatista americano Nyjah Huston, tetra mundial de *skate street* em 2019; e, o canadense Mark McMorris, campeão do X Games e vice-campeão mundial de snowboard. Todavia, o prêmio ficou com Chloe Kim (ESPORTELANDIA, 2021).

Figura 8: Praça Mané Garrincha



Fonte: Arquivo Pessoal do autor

Apesar de ser reconhecido nacionalmente e ser bastante frequentado, a praça Mané Garrincha não desfruta de uma estrutura adequada para a população, conforme Figura 9, observa-se atos de vandalismo na quadra de futebol de areia e banheiros interditados, devido ao uso constante por usuários de droga.

Figura 9: Espaços Precários na Praça Mané Garrincha



Fonte: Arquivo Pessoal do autor

Na Figura 10, tem-se o Estádio Frei Epifânio D'Abadia que foi inaugurado em 30 de janeiro de 1966. A origem do nome do local é uma homenagem a um frei italiano, que além das práticas eucarísticas, ele estimulava a prática de esporte no município de Imperatriz (UFMA, 2020b).

Figura 10: Estádio Frei Epifânio D'Abadia



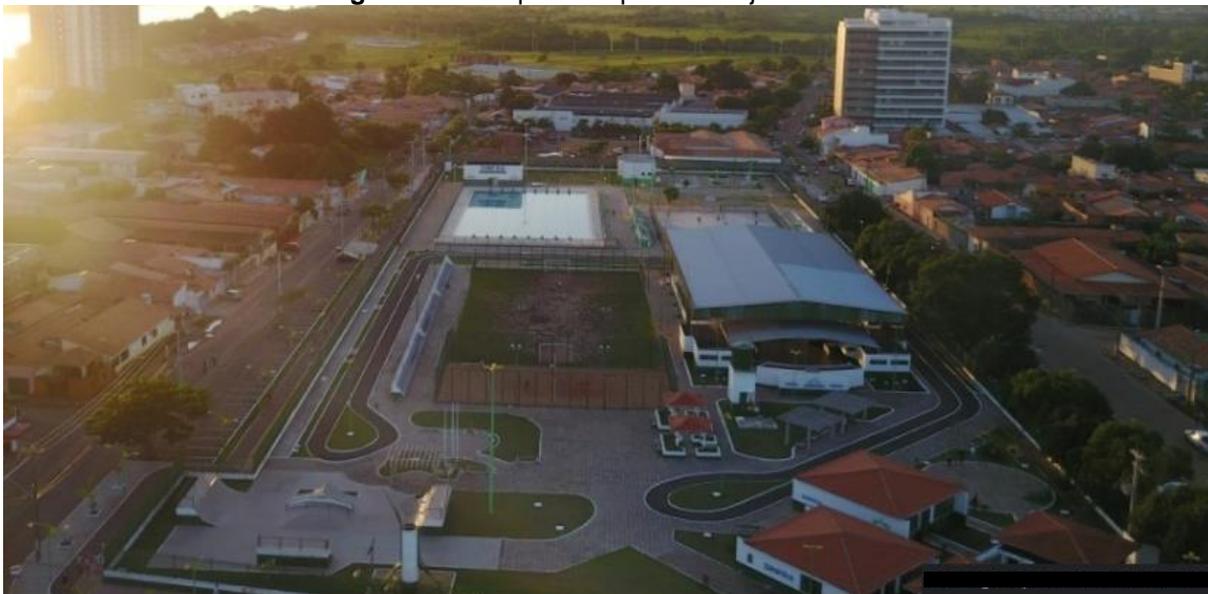
Fonte: Google Earth (2020)

De acordo com o portal de notícia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA, 2020b), o estádio recebe eventos esportivos regionais e nacionais, tais como a Copa do Brasil e o Campeonato de Futebol Maranhense. Além da prática esportiva, o local acolhe eventos multiculturais, um deles é o evento da igreja católica do Corpus Christi.

Outro espaço público urbano para a prática de esporte e lazer é o Complexo Esportivo Barjonas Lobão, conforme apresentado na Figura 11. O espaço foi inaugurado no dia 13 de dezembro de 2016, resultado de um investimento de R\$ 5

milhões, recursos advindos da esfera federal de emendas parlamentares e contrapartidas do município de Imperatriz – MA (REDE DO ESPORTE, 2016).

Figura 11: Complexo Esportivo Barjonas Lobão



Fonte: Google Earth (2020)

De acordo com a Rede do Esporte (2016), o complexo é o mais amplo do interior do Estado e se encaixa nos conceitos da Rede Nacional de Treinamento, que pretende interligar equipamentos, garantir que a prática esportiva seja disseminada em todas as regiões e revelar talentos.

De acordo com a Secretaria Especial do Esporte (2021), a Rede Nacional de Treinamento foi desenvolvida em parceria entre o governo federal, Estados, municípios e confederações e foi instituída pela Lei 12.395/2011 (BRASIL, 2011) com o intuito de construir ou revitalizar centros esportivos ao redor do Brasil. Tem como objetivo a criação um caminho para o atleta desde a sua entrada na modalidade até chegar ao topo do alto desempenho.

Deste modo, o Complexo Esportivo Barjonas Lobão possui: o Ginásio Fiqueninho, duas quadras de futsal, uma quadra de futebol de areia, um campo Society, uma piscina semiolímpica (a única do Estado), uma pista de skate, uma concha acústica, duas pistas de atletismo e uma Academia da Saúde.

São praticados nesse espaço os seguintes esportes: natação, tênis de quadra, handebol, basquete, voleibol, futsal e skate. Na Academia da saúde, há aula de treinamento funcional que acontece nas segundas, quartas e sextas, para todos os gêneros, acompanhado por um profissional de Educação Física concursado no município.

Os materiais fornecidos no Complexo Esportivo Barjonas Lobão são: 10 bolas de futsal, 2 bolas de basquete, 3 bolas de voleibol, 5 bolas de handebol, 30 cones, 15 cordas, 15 elásticos, 2 redes de voleibol, 30 halteres, 30 caneleiras, 10 bolas de pilates, 40 bastões cabos de vassouras, 40 colchonetes, 40 arcos (bambolê) e camas elásticas. Alguns destes materiais são demonstrados na Figura 12.

Figura 12: Alguns materiais utilizados no Complexo Esportivo Barjonas Lobão



Fonte: Arquivo Pessoal do autor

Neste espaço são realizados três projetos da Prefeitura de Imperatriz – MA, são eles:

- **Natação na comunidade escolar.** Esse projeto tem como objetivo trabalhar com todas as crianças das escolas municipais e tem como visão futura expandir para toda a comunidade, sendo que esse período de pandemia fez com que esse período não acontecesse como eles tinham planejado.
- **Jiu-Jitsu na comunidade.** Projeto realizado pelo poder público para toda a comunidade com um profissional de educação física contratado pelo município para ministrar essas aulas.

- **Você em Ação por uma melhor qualidade de vida.** Esse projeto tem como objetivo a melhora da qualidade de vida, por meio da prática de exercício físico de forma estruturada, planejada e organizada. Modalidades trabalhadas no projeto: treinamento funcional na quadra e na areia e treinamento utilizando o próprio peso do corpo. Materiais disponíveis para as atividades deste projeto: 40 colchonetes, 30 cones e 10 bambolês. O projeto tende quatro turmas, sendo que os horários são: todos os dias, de segunda a sexta, das 6h às 7h e das 7h às 8h . Na parte da tarde das 17h às 18h e das 18h às 19h. No total de 200 pessoas da comunidade atendida. A prefeitura tem a pretensão levar esse projeto piloto para outros bairros como a Beira Rio e o Planalto nesse primeiro momento.

Já para o lazer, tem-se uma área para a prática da caminhada com uma pista interna que mede 600 metros e um local externo para a prática da corrida e caminhada com uma pista que mede 650 metros. Todas as atividades podem ser desenvolvidas entre as 14 e 23 horas, quando o local está aberto ao público e possui segurança realizada pela Polícia Militar.

Todavia, a academia da saúde no complexo está fechada, conforme Figura 13, pois, conforme relato da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SEDEL), as atividades foram canceladas no período da pandemia.

Figura 13: Academia da Saúde no Complexo Esportivo Barjonas Lobão



Fonte: Arquivo Pessoal do autor

O Ginásio do Conjunto Nova Vitória, representado na Figura 14, localizada na região periférica do município, conforme já apresentado na Figura 6 e recebeu o nome de Quadra Poliesportiva "Rafael Silva do Nascimento".

Neste espaço, são praticados futsal e handebol como modalidade esportiva e está aberto para a população todas as segundas, quartas e sextas feiras a partir das 14 horas. Com atividade de lazer, pode-se citar atividades recreativas como patins e jogos de queimada que acontecem todos os sábados no período vespertino. Entretanto, devido a pandemia, o local não está ofertando as atividades físicas.

Ao analisar a infraestrutura, observa-se que o espaço público destinado ao esporte e lazer está bem conservado e recentemente passou por manutenção feita pela prefeitura de preservação do local. Não há materiais oferecidos para a população na prática das atividades e não há segurança no local. Não há projetos sendo executados pelo poder público.

Figura 14: Ginásio do Conjunto Nova Vitória



Fonte: Arquivo Pessoal do autor

O próximo espaço público urbano destinado a prática de esporte e lazer do município de Imperatriz – MA foi o Ginásio Pedro de Sousa Rodrigues do Parque Alvorada I, apresentado na Figura 15, localizado também na periferia da cidade entre a rua Coelho Neto e a rua Bacabal no bairro Alvorada I. A modalidade de futsal é a única atividade no local.

Figura 15: Ginásio Pedro de Sousa Rodrigues do Parque Alvorada I

Fonte: Arquivo Pessoal do autor

Em visita ao local, o pesquisador verificou que o espaço está fechado, sem segurança e totalmente abandonado pelo poder público, em estado precário de conservação, inviabilizando a prática de atividade física pelos moradores daquela região. Observou-se também que o mato no entorno no ginásio está alto e há presença de lixos na área pública, evidenciando um descaso da população e do poder público no que se refere a preservação do espaço público urbano.

O Espaço Poliesportivo Recanto Universitário, destacado na Figura 16, é um dos maiores espaços poliesportivos do município. As modalidades que são praticadas neste local são: futebol de campo, futsal, voleibol, handebol e basquete. Em relação ao lazer, somente a caminhada é praticada pela população. Os horários disponíveis para as atividades esportivas são as segundas, quartas e sextas a partir das 16 horas e a atividade de lazer acontece todos os dias a partir das 17 horas.

O pesquisador constatou que, apesar do Espaço Poliesportivo Recanto Universitário possuir várias modalidades de esporte e lazer e possuir um espaço bem conservado e apto para as atividades, atualmente, o espaço só está sendo utilizado para a prática de futsal.

As outras atividades não estão sendo praticadas, pois há a falta de materiais esportivos, falta segurança no local e falta de profissionais de educação física para orientar a população.

Figura 16: Espaço Poliesportivo Recanto Universitário



Fonte: Arquivo Pessoal do autor

Outro ponto importante é que nesse espaço não há segurança no local e não possuiu projetos sendo desenvolvimentos pela prefeitura. Com base na observação realizada pelo pesquisador, o único projeto desenvolvido no local é realizado por uma faculdade privada localizado no município por meio da Pró-reitora de extensão. A instituição de ensino fornece os materiais para a realização das atividades, que acontecem três vezes por semana, são executadas com o acompanhamento dos professores e alunos.

Na Figura 17, tem-se o Ginásio e a Academia da Saúde do Bairro da CAEMA. Neste espaço público urbano, são praticados os seguintes esportes: badminton, voleibol e futsal e que ocorrem todas as quartas e sextas feiras às 15 horas. Já o lazer, nota-se atividades recreativas como queimada e aula de dança com ritmos variados e que acontece três vezes na semana (segunda, quarta e sexta) a partir das 17 horas e 30 minutos.

Observou-se também que as atividades são ministradas pelos profissionais de educação física que residem no bairro da CAEMA e por professores de uma instituição de ensino superior do município e que as atividades estão suspensas devido a pandemia do Covid-19, conforme observação, todavia, as atividades estão previstas para serem retomadas no início de maio de 2021.

Os materiais utilizados foram doados pela faculdade e são: duas bolas, dez pares de raquetes e trinta petecas. A prática de voleibol não está sendo realizada, pois há falta de bolas para esta atividade.

Figura 17: Ginásio e Academia da Saúde do Bairro CAEMA



Fonte: Arquivo Pessoal do autor

O Ginásio do Olho D'água, localizada na periferia do município de Imperatriz – MA, está representado pela Figura 18. Observa-se na imagem que o espaço público urbano está bem conservado e a área é arborizada. A única atividade esportiva ofertada neste espaço é o futsal e acontece duas vezes por semana (terça e quinta) às 15 horas. Como lazer, têm-se os jogos de queimada todas as segundas e quarta feiras às 14 horas e aulas de zumba às 16 horas. Não há segurança e nem materiais neste espaço público.

Figura 18: Ginásio do Olho D'água



Fonte: Arquivo Pessoal do autor

Na Figura 19, verifica-se as quadras localizadas no Sebastião Regis I e II. Nestes espaços públicos urbanos são oferecidos os seguintes esportes: futsal, futebol de campo e handebol e acontecem todos os dias da semana a partir das 17

horas. No que se refere ao lazer, têm-se o passeio ciclístico, caminha e dança e inicia sempre às 15 horas, todos os dias da semana.

Figura 19: Quadra e Campo localizados no Sebastião Regis I e II



Fonte: Arquivo Pessoal do autor

Os materiais do espaço Sebastião Regis I e II são: três bolas de futebol de campo e vinte cones. Não há profissional de Educação Física para o acompanhamento nas atividades, apenas voluntários do próprio bairro. Não há segurança no local.

O espaço público urbano, Ginásio do Ouro Verde, na Figura 20, está em boa conservação e apto para a prática de atividades físicas. Entretanto está fechado por causa da pandemia e por falta de material e segurança. Deste modo, os esportes praticados neste local são handebol, voleibol e futsal e são oferecidos três vezes por semana (segunda, quarta e sexta) a partir das 15 horas.

Figura 20: Ginásio do Ouro Verde



Fonte: Arquivo Pessoal do autor

O mais novo espaço público urbano para a prática de esporte foi a ciclovia e pista de caminhada localizada em uma das avenidas mais importantes do município de Imperatriz – MA, Avenida Bernardo Sayão, conforme Figura 21.

Figura 21: Ciclovia e Pista de Caminhada localizada na Avenida Bernardo Sayão



Fonte: Arquivo Pessoal do autor

De acordo com a Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA, 2020), a reconstrução da avenida foi inaugurada em 2017 e custou aproximadamente R\$ 3 milhões e foram executadas pelo Governo do Estado, por meio da SINFRA.

A ciclovia e a pista de caminhada foram construídas entre a BR-010 e a Rua Pernambuco, totalizando quase dois quilômetros. Atualmente, é o local mais utilizado pela população para a prática de atividade física e lazer. No que se refere a segurança, a pista de caminhada fica localizada em frente ao quartel do exército brasileiro, sendo que os soldados fazem a segurança do local.

O último espaço esportivo analisado e o mais frequentado foi o da Beira Rio, conforme Figura 22. De acordo com Secretaria de Estado de Infraestrutura (SINFRA, 2017), o espaço passou por uma revitalização em 2017 e foi realizado pelo Governo do Maranhão e ganhou novos espaços como academia ao ar livre, espaços para caminha, quadras de esporte, além do parque infantil e um letreiro turístico.

Em relação as atividades praticadas nesses espaços, entre elas, danças, aeróbicas, localizadas, avaliação física e nutricional, basquete, futsal e voleibol de areia. O espaço é aberto a população 24 horas por dia. Todavia, as atividades que requerem monitoramento de um profissional de educação física iniciam a partir das 16 horas.

Figura 22: Espaço Esportivo da Beira Rio



Fonte: Google Earth (2020)

Já a segurança na Beiro Rio, observa-se na Figura 23, observou-se que, no período da manhã (7h até as 10h), a guarda municipal realiza rondas, pois é o horário com a maior fluxo de praticantes de atividades física. No período das 17h às 21h, a polícia militar, utilizando quadriciclos, fica responsável pela segurança no local.

Figura 23: Segurança feita pela Guarda Municipal no Espaço Esportivo Beira Rio



Fonte: Arquivo Pessoal do autor

Vale ressaltar que não há projetos sendo realizados na beira rio pelo poder público. Todas as atividades que acontecem são realizadas por iniciativa própria da população. Todavia, uma vez por mês, alguma academia localizada no município de Imperatriz desenvolve um projeto para incentivar a comunidade para a prática de esporte.

Após a análise dos espaços públicos urbanos e observação do pesquisador, pode-se afirmar que os locais Praça Mané Garrincha, Espaço Esportivo da Beira Rio, Ciclovia e Pista de Caminhada da avenida Bernardo Sayão, Espaço Poliesportivo Recanto Universitário e o Complexo Esportivo Borjonas Lobão foram os locais melhor estruturados e que apresentam atividades físicas sendo oferecidas de forma regular.

Todavia, a falta de profissionais de educação física, equipamento e segurança no local, por vezes, impede a prática de atividade física e de lazer no município de Imperatriz – MA. Outro ponto importante é a falta de projetos públicos para a prática de atividade física, o que, por vezes, desestimula a população a utilizar destes locais.

Legnani *et al.* (2011, p. 761) destacam que o exercício físico, como atividade física estruturada, repetitiva e planejada, tem como finalidade melhorar e manter a aptidão física.

Mota e Mello (2006) mostra a atividade física como papel essencial para o funcionamento do corpo humano, pois todos os nossos sistemas respondem favoravelmente a prática moderada de atividade física, e em consequência de ausência da atividade física o organismo humano apresenta uma deterioração.

Além disso, em relação a dança, ela trabalha a força, equilíbrio e flexibilidade, por isso, é preciso conscientizar que a dança é uma importante atividade física que beneficia os domínios motores, cognitivos e sócio afetivo; exercita a mente, concentração, coordenação motora e a memória; e aumento da autoconfiança dos movimentos (LEGNANI *et al.*, 2011).

Diante disso, destaca-se que é importante atentar para que antes de iniciar qualquer tipo de exercício é importante que o indivíduo seja totalmente avaliado pelo médico, a fim de que seja feita a prescrição de um programa de atividades físicas que leve em conta suas possibilidades e limitações.

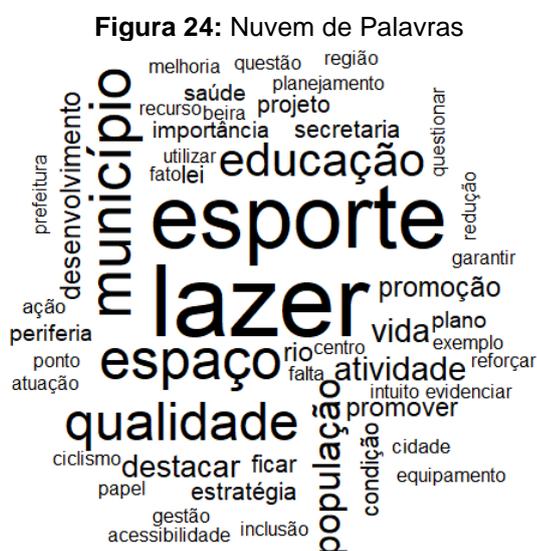
4.2 O PAPEL DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A PRÁTICA DE ESPORTE E LAZER NOS ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS

Após a análise das condições dos espaços públicos destinados a prática de esporte e lazer no município de Imperatriz – MA e com o intuito de responder ao segundo objetivo específico, realizou-se entrevistas com profissionais de educação física com o intuito de verificar o papel deste profissional para a prática de esporte e lazer nos espaços públicos urbanos e a promoção de qualidade de vida da população.

Para tanto e além da análise narrativa das falas dos entrevistados, utilizou-se três técnicas por meio do software Iramuteq que são: nuvem de palavras, dendrograma de CHD (Classificação Hierárquica Descendente) e o teste de similitude.

O corpus é composto por quatro entrevistas que resultou em 285 seguimentos de textos, 10.633 palavras, 2087 formas distintas, ou seja, palavras diferentes e 440 hápax palavras que aparecem só uma vez. Por meio da ferramenta foi possível realizar os três testes que apoiam a análise do pesquisador e ampliam as análises que foram discutidas nas Figuras 24, 25, 26 e 27.

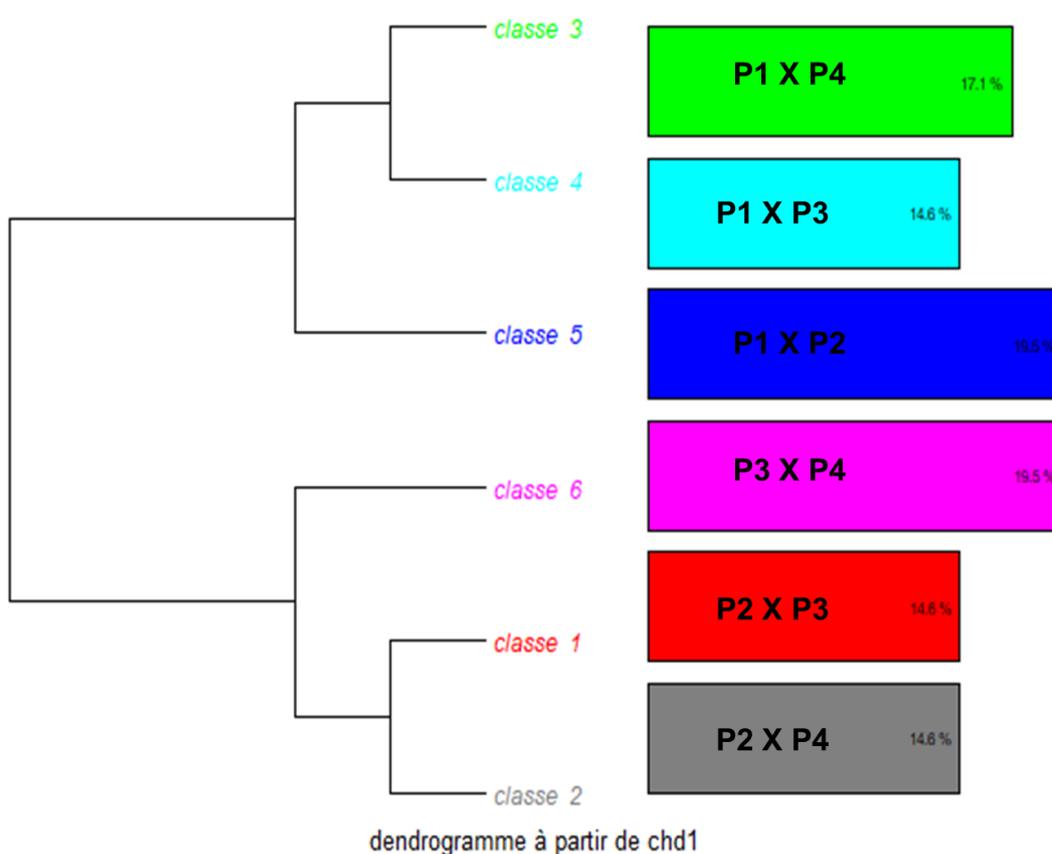
Na Figura 24, observa-se o teste nuvem de palavras e são apresentadas as palavras que foram mais expressivas na amostra analisada, no qual as palavras apresentadas em matriz maiores e mais centrais se apresentam em maior número dentro do contexto analisado.



Pela análise de nuvem de palavras, conforme Figura 24, observa-se que as palavras: lazer (530 vezes), esporte (460), município (270), espaço (260), qualidade (240), educação (200), população (150), atividade (120) e vida (110) foram as que tiveram maior frequência no *corpus*.

O segundo teste foi a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) que tem o intuito de verificar a associação entre as palavras nas entrevistas. Na Figura 25 e 26, pode-se visualizar o dendrograma dos dados analisados que demonstram as classes advindas das partições do conteúdo.

Figura 25: Dendrograma a partir da Classificação Hierárquica Descendente



Fonte: Elaborado pelo autor

O corpus é formado pelas entrevistas com os quatro profissionais de educação física e as classes são os cruzamentos entre as entrevistas. Deste modo, a análise resultou em um dendrograma evidenciando as associações entre as entrevistas realizadas com P1, P2, P3 e P4. Vale lembrar que se utilizou as siglas para manter no anonimato dos entrevistados.

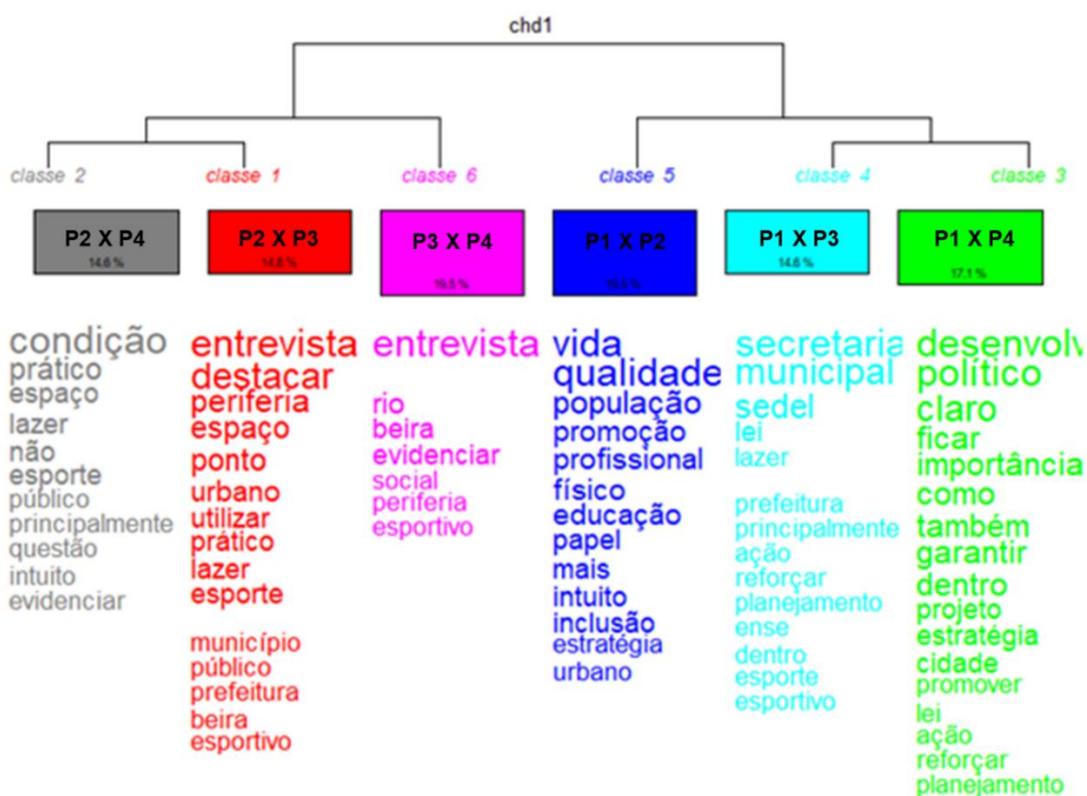
O primeiro corpus foi subdividido em 3 subcorpus formado pela classe 3 (verde), concentrando 17,1% da associação entre as palavras do cruzamento das entrevistas P1 e P4, seguido da classe 4 (azul claro) com 14,6% dos vocábulos do cruzamento das entrevistas P1 e P3 e classe 5 (azul escuro) concentrando 19,5% das palavras do cruzamento de P1 e P2.

O segundo corpus constata-se a classe 6 (rosa) concentrando 19,5% das palavras do cruzamento de P3 e P4 seguido da classe 1 (vermelha – cruzamento entre P2 e P3) e classe 2 (cinza – cruzamento entre P2 e P4), correspondentes respectivamente a 14,6% e 14,6%.

Destaca-se que o percentual visualizado no dendrograma indica o grau de associação das palavras de cada classe sobre o total das palavras constantes do corpus (CAMARGO; JUSTO, 2013).

A Figura 26 apresenta a classificação já apresentada na Figura 25, porém acrescenta mais detalhe aos resultados, pois permite conhecer, por meio do filograma, as respectivas palavras mais evocadas em cada cruzamento das entrevistas. Essa ferramenta bastante é útil porque possibilita melhor descrição e nomeação das classes.

Figura 26: Filograma a partir da Classificação Hierárquica Descendente



Com base na Figura 26, percebe-se que a classe 5 (azul escuro) e a classe 6 (rosa) são as mais significantes em termos percentuais quanto à CHD, ambas com o percentual de 19,5% de associação. Destaca-se, nessas classes, as palavras: vida, qualidade, população, promoção, profissional, físico, educação, papel, intuito, inclusão, estratégia, urbano, entrevista, rio, beira, evidenciar, social, periferia, esportivo.

A classe 3 (verde) representa 17,1%% de associação do corpus analisado, sendo que as palavras mais evocadas foram: desenvolvimento, político, claro, ficar, importância, garantir, projeto, estratégia, cidade, promover, lei, ação, reforçar, planejamento, poder.

Com a menor representatividade em relação ao corpus, com um percentual de 14,6% de associação, foram as classes 5 (azul claro), 1 (vermelha) e a 2 (cinza). Evidencia-se as seguintes palavras: secretaria, municipal, SEDEL, lei, lazer, destacar, periferia, espaço, ponto, urbano, utilizar, prático, esporte, município, público, condição e esporte.

Após a análise de nuvem de palavras e do dendrograma de CHD, foram interpretados os sentidos das palavras nos discursos dos profissionais de educação física. Neste contexto, ao questionar aos profissionais quais as atividades de esporte e lazer de maior preferência dos habitantes de Imperatriz – MA, ficou evidente entre todos os respondentes que a caminhada e o ciclismo são as principais atividades dos imperatrizenses. O P1 destaca que este crescimento na prática do ciclismo se deve a chamada de empresas de aluguel de bicicletas que ficam instaladas no espaço esportivo da Beira Rio.

O entrevistado P3 destaca também a prática do futsal, pois é um esporte de baixo custo e que demanda poucos recursos dos praticantes. Neste mesmo sentido, o entrevistado P1 evidencia o futebol como maior movimento social do município de Imperatriz, pois integra todos os níveis sociais e faixa etária. Ele também menciona que o ‘banho de rio’ é uma prática de lazer muito comum entre os habitantes de Imperatriz – MA por se tratar de um município ribeirinho.

No que tange a concentração de equipamentos para a prática de lazer e esportes, todos os entrevistados destacam o espaço esportivo da Beira Rio, Fiqueninho e o Complexo Esportivo Barjonas Lobão, ou seja, nas regiões centrais do município de Imperatriz – MA.

Todavia, os entrevistados P1, P2 e P4 destacam a precariedade destes espaços urbanos, pois faltam equipamentos e as devidas manutenções. Outro ponto que os entrevistados destacaram como uma problemática do município no que se refere a espaços públicos urbanos para a prática de esporte e lazer é a ausência de espaços nas periferias.

O entrevistado P1 salienta que o skate e o patins são esportes crescentes na região de periferia, devido ao sucesso da atleta imperatrizense Rayssa Leal. Entretanto, as pistas que são utilizadas para a prática destes esportes estão localizadas na região central, assim, promovendo a inclusão social no município.

Outro ponto que merece destaque, é a falta de quadras cobertas na periferia. Os entrevistados P1 e P2 frisam que dada a deficiência no transporte público no município, muitos indivíduos não conseguem ir até o centro para utilizar os espaços públicos para a prática de esporte e lazer.

Deste modo, deveria ter políticas públicas de expansão dos centros esportivos para a periferia ou a criação de malha de ciclovias que ligue os bairros periféricos com o centro da cidade. P1 aponta que a ciclovia localizada na BR está em situação precária. Este fato democratizaria os espaços públicos urbanos para a prática de esporte e lazer no município de Imperatriz – MA.

Neste sentido, um dos entrevistados ressalta que o município de Imperatriz – MA tem uma vocação esportiva muito grande e isso pode ser explorado oportunizando a prática esportiva na periferia.

Outra proposta levantada pelo entrevistado P1 é a exploração dos recursos naturais que o município possui para a prática de esporte, como por exemplo o Rio Tocantins. Ele destaca que o município poderia promover atividades no rio como *stand up paddle*, natação (nas partes de baixa poluição), passeios no percurso do rio, trilhas e entre outros esportes.

Nas entrevistas também ficou claro, que o município não promove atividades esportivas e de lazer dentro do conceito sustentável e um dos entrevistados reforça a importância de atividades com características socioambientais como uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo para o município.

Quando questionados sobre a condição dos espaços públicos urbanos para a prática de esporte e lazer, as respostas foram na mesma direção evidenciando que a condição é inadequada, pois não oferecem serviços básicos como oferta de banheiros e bebedouros, estacionamento e corredores verdes.

Outra questão levantada é a falta de acessibilidade para os deficientes físicos, visual e auditivo. O entrevistado P1 comenta que o único local que oferta um espaço acessível é o espaço esportivo da Beira Rio, todavia, não há adaptações para os deficientes auditivos.

Ele complementa narrando que o município possui uma comunidade significativa de deficientes auditivos, porém, as atividades físicas não os incluem, ou seja, eles são excluídos socialmente no que se refere a prática de esporte nos espaços públicos urbanos.

Outro entrevistado aponta como uma problemática dos espaços públicos urbanos é a proximidade com a alta intensidade de circulação de veículos motores como carros e motos. O alto nível de poluentes pode agravar os problemas respiratórios da população. Ele exemplifica a avenida Pedro Neiva de Santana onde as práticas de caminhada, corrida e ciclismo são intensas, porém a população divide espaço com os veículos.

No que tange o papel do profissional de educação física para a promoção da qualidade de vida da população do Município de Imperatriz – MA, os entrevistados destacaram vários projetos ofertados pela prefeitura.

O primeiro deles é a implantação das academias da saúde que incluiu atividades laborais e funcionais. Todavia, um dos entrevistados destaca que há academias da saúde que estão fechadas por falta de equipamentos para atender a população.

Outra ação que promove a qualidade de vida da população por meio das atividades físicas nos espaços públicos urbanos de Imperatriz – MA é a inclusão de profissionais de educação física nas atividades do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) por meio da Estratégia de Saúde da Família. Um dos entrevistados reforça que os profissionais de educação física que estão dentro dos NASFs são concursados pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SEDEL).

O entrevistado P3 esclarece que estes projetos contribuíram principalmente para a redução do sedentarismo da população imperatrizense, principalmente da população na faixa etária acima de 60 anos.

Quando questionado sobre as principais medidas utilizadas pela Prefeitura Municipal de Imperatriz – MA com relação ao Covid-19 sobre a prática de esporte e lazer nos espaços públicos urbanos, todos os participantes da pesquisa destacaram a portaria emitida pela Sedel que limita em 60% da capacidade dos espaços, a

obrigatoriedade do uso de máscaras, distanciamento de 1,5m entre os indivíduos e a higienização das mãos por meio do álcool em gel.

Nesta temática, o entrevistado P1 evidenciou a importância da prática de esporte no período da pandemia do Covid-19 para a redução do sedentarismo, redução das doenças psicossomáticas, diminuição dos problemas cardiovasculares e contribuição para a melhoria da capacidade respiratória e entre outros. Todavia, todos reforçaram que ainda o medo de ir até os espaços urbanos paira sob a população mais idosa.

Em suma, fica evidente a importância da atuação dos profissionais nos espaços públicos urbanos para a prática de esporte e lazer no município de Imperatriz – MA, todavia, na percepção destes profissionais, esses espaços carecem de melhorias principalmente nas condições sanitárias e acessibilidade dos locais. Outro ponto que chamou a atenção, é a inclusão de práticas esportivas mais sustentáveis como uma estratégia de longo prazo para a promoção da qualidade de vida da população e o desenvolvimento do município.

Após a interpretação dos sentidos das palavras com as entrevistas dos profissionais de educação física do município de Imperatriz (MA), realizou-se o teste de similitude e verificou-se a presença de uma palavra-chave na composição central da distribuição, estabelecendo a conexão com os demais vocábulos que formam a estrutura, conforme Figura 27.

Ao analisar a Figura 27, fica evidente o enquadramento da palavra ‘esporte’ como o núcleo central da distribuição estabelecendo conexão com palavras como: lazer, qualidade e espaço.

A palavra ‘lazer’ se ramifica de forma mais forte com: promover, ação, inclusão, acessibilidade, município, estratégica, plano, atuação, projeto e rio. Deste modo, pode-se dizer que, na percepção dos profissionais de educação física que participaram da pesquisa, que o município tem um papel importante na promoção de ações e estratégias mais inclusivas e acessíveis com o intuito de desenvolver o lazer e, logo, promover a qualidade de vida da população.

Já a palavra ‘qualidade’ se relaciona com população, vida, promoção, papel, garantir, cidade e educação. Esta última se ramifica em reforçar e saúde. Estas coocorrências evidenciam que a promoção do lazer e do esporte nos espaços públicos urbanos do município de Imperatriz – MA, por meio de programas educacionais, pode garantir a qualidade de vida da população.

4.3 ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ – MA VOLTADAS PARA O LAZER E A PRÁTICA DO ESPORTE

Após a análise da percepção dos profissionais de educação física em relação aos espaços públicos urbanos para a prática de esporte e lazer e a promoção da qualidade de vida da população imperatrizense e com o intuito de responder ao terceiro objetivo específico, analisou-se as políticas públicas municipal voltadas para o lazer e a prática do esporte.

Neste contexto, a Lei Complementar nº 001/2018 que instituiu o Plano Diretor de Imperatriz (MA) (IMPERATRIZ, 2018), foi criado para trazer definições sobre o melhor aproveitamento do espaço urbano para a população, criar objetivos a serem alcançados, por meio de suas diretrizes e instrumentos, para que seja resguardado as áreas verdes, espaços livres e meio ambiente, utilizando-se também de políticas cultural, histórica, habitacional, transporte, turismo, desenvolvimento econômico e de planejamento e gestão.

O Art. 2º, da Lei Complementar nº 001/2018 (IMPERATRIZ, 2018), deixa claro que a promoção do desenvolvimento integrado territorial no Município de Imperatriz (MA) tem como princípio o cumprimento das funções sociais da cidade da propriedade urbana do Município, nos termos da Lei Orgânica, garantindo:

- I. gestão democrática, participativa e descentralizada, com participação da população nos processos de decisão, planejamento e gestão;
- II. a promoção da qualidade de vida e do ambiente, reduzindo as desigualdades e a exclusão social e garantindo justiça social;
- III. a integração das ações públicas e privadas através de programas e projetos e atuação, garantindo, assim, o direito à cidade para todos, compreendido como direito à terra urbanizada, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura e serviços públicos, à mobilidade e acessibilidade, ao trabalho e ao lazer;
- IV. o enriquecimento cultural do Município pela competitividade;
- V. o fortalecimento do papel do Poder Público na promoção de estratégias de financiamento que possibilitem o cumprimento dos planos, programas e projetos em condições de máxima eficiência;
- VI. a articulação das políticas e estratégias de desenvolvimento do Município no contexto regional;
- VII. o fortalecimento da regulação pública sobre o uso e ocupação do solo em especial o solo do espaço urbano e expansão urbana;
- VIII. a articulação horizontal entre os órgãos e Conselhos Municipais promovendo a atuação coordenada no desenvolvimento e aplicação das estratégias e metas do Plano, programas e projetos (IMPERATRIZ, 2018, p. 1-2).

Outra lei importante para o desenvolvimento do esporte e lazer do município de Imperatriz (MA) foi a Lei Ordinária nº 1.428/2011 que dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SEDEL) e modifica a denominação e as atribuições da Secretaria Municipal da Juventude (IMPERATRIZ, 2011).

Esta lei deixa claro que a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SEDEL) de Imperatriz/MA, sendo o órgão da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal incumbido de desenvolver e administrar o sistema municipal de Esporte e Lazer e tem por competência o planejamento, a programação, a execução, a organização, a supervisão e o controle das atividades relativas ao esporte e lazer no Município de Imperatriz/MA, exceto as atividades esportivas e recreativas com fins educacionais (IMPERATRIZ, 2011).

Neste contexto e conforme Art. 2, a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SEDEL) tem como objetivos:

- I. planejar, organizar, orientar, supervisionar, acompanhar e controlar o desempenho da Política de Esporte e do Lazer em Imperatriz/MA, em harmonia com os sistemas Federal e Estadual de Esporte e Lazer;
- II. desenvolver planos e projetos na área esportiva que proporcionem a melhoria do Esporte e o Lazer no Município;
- III. promover a elaboração, controle e arquivamento da documentação relativa ao Esporte e ao Lazer do Município;
- IV. elaborar e publicar calendários das promoções esportivas do Município realizadas pela Secretaria;
- V. administrar o Estádio Municipal Frei Epifânio da Sadia e demais praças esportivas de propriedade do Município de Imperatriz/MA;
- VI. tomar iniciativa de assessorar e de informar o Prefeito Municipal em assuntos de interesse do Governo Municipal e relacionados a sua esfera de ação;
- VII. estimular práticas esportivas e de lazer, exceto aquelas praticadas na rede Municipal de Ensino;
- VIII. promover ações voltadas para o lazer e a diversão da população;
- IX. desempenhar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Poder Executivo (IMPERATRIZ, 2011, p. 1-2).

Outra lei que merece destaque é a Lei nº 9.436, de 15 de agosto de 2011 que representa a lei de incentivo ao esporte e dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para contribuinte de ICMS que financiar projeto esportivo (MARANHÃO, 2011).

Nesta lei, no Art. 1º

Fica instituído incentivo fiscal para o contribuinte do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação - ICMS, com estabelecimento credenciado pela Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ, que apoiar financeiramente projeto esportivo aprovado pela Secretaria de Estado de Esporte e Lazer – SEDEL (MARANHÃO, 2011, p. 1).

Com base na Lei 9.436/2011, foram apresentadas duas resoluções, nº 1 de 05 de março de 2018 e nº 2 de 13 de novembro de 2019 (MARANHÃO, 2019). Estas resoluções estabelecem as diretrizes para a tramitação de projetos esportivos, baseados na Lei Estadual de Incentivo ao Esporte, no âmbito da Secretaria de Estado do Esporte e Lazer – SEDEL (MARANHÃO, 2020).

Na resolução nº 1 altera normas para a concessão do certificado de mérito esportivo (CME), e revoga a resolução nº 01, de 28 de outubro de 2011 e resolve ...

Art. 1º - Instituir a Comissão de Análise de Projetos Esportivos Incentivados - CAPEI, responsável pela avaliação de projetos esportivos apoiados pelo Estado do Maranhão, com o amparo na Lei nº 9.436, de 15 de agosto de 2011.

Art. 2º - Aprovar normas para a concessão do Certificado de Mérito Esportivo - CME, por meio da apreciação de projetos incentivados, instaurados no âmbito da Secretaria Estadual de Esporte e Lazer do Estado do Maranhão.

CAPÍTULO: I

DOS PROJETOS ESPORTIVOS

Art. 3º - Para efeito do presente regulamento, considera-se projeto esportivo o ato e o efeito de produzir, criar, gerar e realizar atividades ou eventos de natureza esportiva, inclusive, apresentações e competições, publicações e audiovisuais, seminários, estudos e pesquisas, edificações, reforma e manutenção de áreas esportivas e, ainda, de bolsas auxílio para atleta, técnico, professor ou árbitro.

Art. 4º - Os projetos esportivos poderão ter as seguintes destinações:

- I - Práticas Esportivas ou de Lazer;
- II - Estudos, Pesquisas, Seminários, Publicações, audiovisuais ou Preservação da Memória;
- III - Competições;
- IV - Bolsas a atletas, técnicos, professores ou árbitros;
- V - Capacitação de gestores, técnicos, professores ou árbitros;
- VI - Edificações esportivas.
- VII - Compras de equipamentos voltados à prática esportiva (MARANHÃO, 2020, s.p).

Já a resolução nº 2 resolve ...

Art. 1º A tramitação dos projetos esportivos, de que trata a Lei nº 9.436, de 15 de agosto de 2011 e o Decreto nº 27.730, de 18 de outubro de 2011, no âmbito da Secretaria de Estado do Esporte e Lazer, obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Art. 2º Para os fins desta Resolução considera-se:

- I - Proponente: a pessoa jurídica, devidamente estabelecida e registrada no Estado do Maranhão, excetuando-se os municípios do Estado ou suas

fundações, empresas e autarquias, que propõe projeto esportivo e capta os recursos do financiador para sua efetivação;

II - Projeto Esportivo: a produção, criação, geração e realização de atividades e eventos de natureza esportiva, tais como:

- a) torneios, campeonatos e competições;
- b) espetáculos e atividades esportivas ou de lazer;
- c) concessão de bolsa auxílio - destinada a atleta, professor, treinador ou árbitro do setor esportivo e de lazer e demais profissionais de educação física;
- d) audiovisuais, publicações, seminários estudos ou pesquisas relacionadas ao esporte e capacitação de gestores, professores, treinadores ou árbitros do setor esportivo e de lazer e demais profissionais de educação física;
- e) construção, reforma, recuperação, conservação, manutenção, compra de equipamentos ou outras melhorias em áreas esportivas.

III - Certificado de Mérito Esportivo - CME: documento, com prazo específico, que certifica a aprovação do projeto pela SEDEL e autoriza a captação de recursos.

IV - financiador: a pessoa jurídica, contribuinte do ICMS com domicílio fiscal no Estado do Maranhão, que destinar recursos para projeto esportivo;

Art. 3º A concessão do incentivo ficará condicionada a aprovação do projeto, mediante parecer técnico da Comissão de Análise de Projetos Esportivos Incentivados - CAPEI e homologação do Secretário de Estado do Esporte e Lazer.

Parágrafo único. A mera apresentação de projetos esportivos visando o incentivo de que trata a Lei nº 9.436/2011, não gera qualquer direito ou garantia ao proponente, haja vista a imprescindibilidade de análise técnica quanto aos limites legais, capacidade financeira do Estado, conveniência, oportunidade e discricionariedade da administração pública (MARANHÃO, 2020, s.p).

A última política pública voltada para o esporte e lazer do município de Imperatriz (MA) é a lei ordinária nº 1.803/2019 que institui os Jogos Escolares de Imperatriz e Parajéi's Escolares, na Rede Municipal de Ensino, particular, estadual e Federal, no âmbito do Município de Imperatriz- MA (IMPERATRIZ, 2019). Esta lei incentiva a utilização dos espaços públicos pelas escolas do município para a prática de esporte.

Com base nas políticas citadas, alguns investimentos no esporte foram executados no município de Imperatriz (MA) no período de 2017 a 2020, no governo do prefeito Francisco de Assis Ramos, conforme documento emitido pela prefeitura. As principais obras foram:

- 14 praças foram restauradas ou totalmente construídas com o intuito de melhorar esses espaços de lazer e esporte para o conforto e segurança da população;

- Entrega de novas academias da saúde para a prática de atividades físicas, totalizando sete academias;
- Conclusão das obras do Complexo Esportivo e de Lazer Jurivê de Macedo, no Parque das Palmeiras. O espaço conta com quadra de futsal, vôlei, basquete, futebol de areia, além de uma praça de lazer para os habitantes;
- 14 quadras construídas ou reformadas em todo o município;
- Inclusão da modalidade Jiu-Jitsu nas escolas públicas do município
- Realização, uma vez por ano, de jogos escolares imperatrizenses (JEI's). Na edição de 2019 dos JEI's houve a participação de 100 escolas e quase 2000 alunos da rede municipal de ensino. Entre as vinte e três modalidades: futebol de campo, futsal, atletismo, badminton, basquetebol, beach-soccer, capoeira, ciclismo, dama, handebol, jiu-jitsu, judô, karatê, natação, peteca, queimada, taekwondo, tênis de mesa, tênis de quadra, vôlei de areia, voleibol, xadrez e skate.
- Apoio da prefeitura para atletas do município que participaram dos seguintes jogos: jogos escolares da juventude em Blumenau – SC, Jogos Escolares Maranhenses, Jogos Escolares imperatrizenses e a Paraolimpíadas realizadas em São Paulo.
- Realização de duas edições da Copa Imperatriz de Futebol de Bairros., com a participação de equipes da zona rural. A última edição foram 62 times, sendo 10 de povoados da zona rural e 52 do centro e de diversos outros bairros de Imperatriz (MA).

Apesar dos investimentos realizados e com base nas políticas públicas analisadas, verificou-se um forte movimento para a formalização de uma secretaria voltada para o esporte e lazer, para incentivos financeiros ao esporte de alto rendimento e esporte escolares no município de Imperatriz – MA. Entretanto, fica evidente que não há projetos e políticas públicas municipais voltadas especificamente para a ampliação de utilização dos espaços públicos existentes no município.

Segundo Almeida e Gutierrez (2004), o lazer dentro do cenário político normalmente sempre fica em segundo plano, e outros setores com mais importância política são dados como prioridade, entre eles a educação, a saúde, a habitação e entre outros, o que fica claro é como se tornou restrito compreensão e a importância das contribuições que as políticas públicas para o lazer e esporte podem proporcionar para a população, principalmente na questão da qualidade de vida e em acesso à produção e consumo de elementos da cultura, por exemplo, levando a ideia de que, para o Estado.

Em outras palavras, pensar políticas públicas para o lazer destacaria um peso muito grande na despesa pública, em detrimento da compreensão de que, de fato, trata-se de investimento de recursos públicos em um aspecto da sociedade que também contribui para o desenvolvimento.

Todavia, um dos grandes entraves nessa questão é que as pessoas acabam impossibilitadas de aproveitar seu tempo livre para o lazer, pelo simples fato de muitas cidades não apresentarem quaisquer condições, ou de espaços direcionados à prática do esporte e lazer, e o gargalo principal é a falta de investimento adequado pela esfera pública, por exemplo.

Em suma, fica evidente que o município de Imperatriz – MA possui treze espaços públicos urbanos com condições favoráveis para a prática de atividade física e de lazer. Entretanto, a falta de políticas públicas municipais impede o desenvolvimento de atividades físicas da população, pois há falta de equipamentos e profissionais nestes locais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a inclusão do lazer e das práticas de esportes como um direito social na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a temática tem se tornado presente em discussões nas diversas áreas de conhecimento, principalmente na área de planejamento urbano, e se amplia dentro dos mais variados enfoques.

Para tanto, essa dissertação teve como objetivo principal avaliar as políticas públicas e as condições dos espaços públicos urbanos e sua contribuição para a prática de esporte e lazer no município de Imperatriz – MA. Este objetivo foi respondido por meio dos objetivos específicos.

O primeiro objetivo específico se baseava na verificação das condições dos espaços públicos urbanos destinados a prática de esporte e lazer do município de Imperatriz – MA. Utilizou-se de imagens fotográficas para verificar a qualidade destes espaços.

Pode-se afirmar que os espaços físicos estão em boas condições para a prática de esporte e lazer, todavia, alguns espaços sofreram com vandalismo precarizando o local. Outro ponto que chamou atenção são os espaços fechados devido à falta de equipamentos para atender a população. Outro ponto importante é a falta de estrutura sanitária, fornecimento de bebedouros e segurança.

O segundo objetivo específico que foi averiguar o papel do profissional de educação física para a prática de esporte e lazer nos espaços públicos urbanos e a promoção da qualidade de vida da população. Pode-se dizer que na percepção dos profissionais de educação física os espaços públicos urbanos carecem de melhorias na infraestrutura com a inclusão de banheiros e bebedouros, corroborando com a análise das imagens fotográficas, precisam melhorar a acessibilidade dos locais assim promovendo a inclusão dos deficientes na prática de esporte e lazer.

No que tange a inclusão social, ficou claro a necessidade de instalações de centro esportivos nas regiões periféricas do município, pois há uma dificuldade de locomoção da população destas regiões para o centro, onde estão os principais complexos esportivos.

Outro ponto que chamou a atenção, é a inclusão de práticas esportivas mais sustentáveis como uma estratégia de longo prazo para a promoção da qualidade de vida da população e o desenvolvimento do município.

O terceiro e último objetivo específico foi o diagnóstico das políticas públicas do município de Imperatriz – MA voltadas para o lazer e a prática de esporte. Observou-se que o Plano Diretor (Lei Complementar nº 001/2018) contempla a utilização dos espaços públicos urbanos para a prática de esporte e lazer e a revitalização destes espaços para a melhoria da prestação de serviço para a população.

Complementando esta lei, a Lei Ordinária nº 1.428/2011 que dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SEDEL) contribuiu para o desenvolvimento da promoção da prática de esporte no município. No âmbito Federal, tem-se a Lei 9.435/2011 que instaura a política de apoio ao esporte do Estado do Maranhão por meio de isenção de impostos.

Diante do exposto, pode-se concluir que o município de Imperatriz – MA possui espaços públicos urbanos para a prática de esporte e lazer, todavia, precisam de melhorias de infraestrutura e melhorar a acessibilidade dos locais, assim, tornando-os mais inclusivos. Essa deficiência pode ser explicada pela falta de projetos públicos e baixa presença pública no que se refere a prática de atividade física e lazer.

Apesar de ter atingido o objetivo geral, este estudo apresentou algumas limitações. A primeira limitação é o fato de que a seleção das imagens fotográficas a serem registradas dependem do posicionamento intencional do sujeito que faz os registros; é este sujeito o responsável pela seleção do material coletado. Também contribui para a limitação da técnica, o fato de que as imagens são ambíguas e passíveis de múltiplas interpretações.

Para contribuir com o planejamento urbano dos espaços públicos para a prática de esporte e lazer, o estudo deixou indagações futuras, tais como:

- Realização de uma pesquisa para compreender a percepção da população no que se refere aos espaços públicos urbanos para a prática de esporte e lazer; e,
- Replicação do estudo em outros municípios do Estado do Maranhão.

REFERÊNCIAS

- AGIER, M. **Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos**. Editora Terceiro Nome, 2019.
- ALBINO, I. L. R.; FREITAS, C. D. L. R.; TEIXEIRA, A. R.; GONÇALVES, A. K.; SANTOS, A. M. P. V. D.; BÓS, Â. J. G. Influência do treinamento de força muscular e de flexibilidade articular sobre o equilíbrio corporal em idosas. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 15, n. 1, p. 17-25, 2012.
- ALMEIDA, M.; GUTIERREZ, G. Subsídios teóricos do conceito cultura para entender o lazer e suas políticas públicas. **Conexões**, v. 2, n.1, p. 48-63, 2004.
- AMIN, Ash. Collective culture and urban public space. **City**, v. 12, n. 1, p. 5-24, 2008.
- ANDRADE, E. A.; FRANCESCHINI, M. C. T. O direito à cidade e as agendas urbanas internacionais: uma análise documental. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 3849-3858, 2017.
- ARENDT, H. **A condição da vida humana**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2007.
- APPOLINÁRIO, F. Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico. In: **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. 2007.
- ASCHER, F. **Métapolis: ou l'avenir dès villes**. Odile Jacob, 1995.
- BAENINGER, R.; OJIMA, R. New Territorialities And Risk Society: Empirical Evidences And Theoretical Challanges To The Understanding Of New Migration Spaces [novas Territorialidades E A Sociedade De Risco: Evidências Empíricas E Desafios Teóricos Para A Compreensão Dos Novos Espaços Da Migração]. **Papeles de Poblacion**, 2008.
- BAHIA, M. **O Lazer e as relações socioambientais em Belém – Pará**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém: NAEA/ UFPA, 2012.
- BÄCHTOLD, C. Noções de administração pública. Cuiabá: EdUFMT; Curitiba: UFPR, 2008.
- BARAKAT, R.; CORDERO, Y.; COTERON, J.; LUACES, M.; MONTEJO, R. Exercise during pregnancy improves maternal glucose screen at 24–28 weeks: a randomised controlled trial. **British Journal of Sports Medicine**, v. 46, n. 9, p. 656-661, 2012.
- BECKER, C. R. **Reappraising the New Jersey Turnpike: tactical interventions in urbanism**. Tese de Doutorado. Massachusetts Institute of Technology, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 22 de set. de 2019.

BRASIL. 1993. **Lei nº 8.672**. Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências.

BURGOS, M. S. **Interdisciplinaridade e promoção da saúde na educação básica e no sistema de saúde** [recurso eletrônico] / organizadores, Miria Suzana Burgos [et al.]. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2015.

BUSH, J.; DOYON, A. Building urban resilience with nature-based solutions: How can urban planning contribute?. **Cities**, v. 95, p. 102483, 2019.

CABRAL, L. N.; CÂNDIDO, G. A. Urbanização, vulnerabilidade, resiliência: relações conceituais e compreensões de causa e efeito. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, 2019.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

CANEPA, C. **Cidades sustentáveis: o município como locus da sustentabilidade**. São Paulo: RCS, 2007.

CARVALHO, A. S.; ABDALLA, P. P.; BUENO JÚNIOR, C. R. Atuação do profissional de educação física no sistema único de saúde: revisão sistemática. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 30, n. 3, 2017.

CARVALHO, F. F. B.; FREITAS, D. D.; AKERMAN, M. O “NOVO NORMAL” NA ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE: PANDEMIAS E UBERIZAÇÃO?. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, v. 27, p. 27022, 2021.

CASTRO, V. S.; CASTRO, C. A. T. A gestão pública do lazer em espaços públicos urbanos: um estudo de caso da praça do operário, no município de Breves-PA. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 139-158, set./dez. 2015.

CARR, S.; FRANCIS, M.; RIVLIN, L. G.; STONE, A.M. **Public space**. Davis: University of California, 1995

DANERES, P. S.; VOSER, R. C. A atividade física na terceira idade. Benefícios aos seus praticantes. **EFDeportes – revista digital**, v.18, n.179, 2013.

DIAS, D. S. **Desenvolvimento urbano**. Curitiba: Juruá, 2009.

ECKER, V. D. O CONCEITO DE PRAÇA E A QUALIDADE DA PAISAGEM URBANA. **Revista Projetar-Projeto e Percepção do Ambiente**, v. 5, n. 1, p. 101-110, 2020.

EISENHARDT, K. M. Building theories from case study research. **Academy of management review**, v. 14, n. 4, p. 532-550, 1989.

FAIX, M. R. N.; SILVEIRA, J. W. P. Fatores motivacionais que influenciam a prática de atividades físicas. EFDeportes.com, **Revista Digital**. Buenos Aires, Año 17, Nº 171, agosto de 2012.

FERREIRA, M. J.; IRIGOYEN, M. C.; CONSOLIM-COLOMBO, F.; SARAIVA, J. F. K.; ANGELIS, K. D. Vida Fisicamente Ativa como Medida de Enfrentamento ao COVID-19. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, (AHEAD), 2020.

FIGUEIREDO, S. **Espaços de cultura nas cidades**: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. In: FIGUEIREDO, Silvio (Org.). Turismo, lazer e planejamento urbano e regional. Belém: NAEA, 2008.

FRANKLIN, A. **Apontamento e fontes para a história econômica de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2008.

FULTON, W. The new urbanism challenges conventional planning. **Land Lines**, v. 8, n. 5, p. 150-162, 1996.

GARCIA, R. W. D. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 16(4): 483-492, out/dez., 2003.

GARCIA, N. R. R. D. L.; DE FREITAS REIS, P. H.; DOS SANTOS ARAÚJO, S. P.; DOS SANTOS, C. R. PRESENÇA DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ACADEMIAS AO AR LIVRE (AAL). **Vita et Sanitas**, v. 15, n. 1, p. 21-32, 2021.

GALINDO, A. G. Administração de políticas públicas de esporte: um ensaio sobre os fundamentos da ação do gestor. **Revista Digital - Buenos Aires** - Año 15 - nº 144 - mayo de 2010.

GALLO, Douglas; BESSA, Eliane. Qualidade de Vida Urbana como Política Pública: o movimento cidades saudáveis. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 4, n. 27, 2016.

GEHL, J. **Cidades para pessoas**. 2015.

GUERRA, I. C. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo**. Sentido e formas de uso, Estoril, Principia Editora, 2006.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1984.

HERZOG, Cecília Polacow. **Cidades para todos**. Mauad Editora Ltda, 2013.

KATZ, P. **The New Urbanism. Toward an architecture of community**. 1994.

INDOVINA, F. O Espaço Público: tópicos sobre a sua mudança. **Cidades, comunidades e territórios**, n. 5, 2002.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JOGOS OLÍMPICOS. **Atletas em Destaque**. 2021. Disponível em: <https://olympics.com/pt/noticias/prata-no-skate-rayssa-leal-e-a-mais-jovem-medalhista-olimpica-da-historia-do-bra?utm_source=google&utm_medium=essence-paid&utm_campaign=google_cpc_br_bau_hybrid_portuguese&utm_content=google_cpc_br_bau_hybrid_pt_na_na_dynamic_na&gclid=CjwKCAjw3_KIBhA2EiwAaAAljDw8yy-S2QtQRm4ciYdv7VnphITjiGYvZxrQT9kgtIFVP_IJ-9K2xoCR7kQAvD_BwE&gclidsrc=aw.ds> Acesso em: 10 ago. 2021.

LEAL, R. G. **A função social da propriedade e da cidade no Brasil**: aspectos jurídicos e políticos. Porto Alegre: Livraria do Advogado/ Edunisc, 1998.

LEGNANI, R. F. S.; GUEDES, D. P.; LEGNANI, E.; BARBOSA FILHO, V. C.; CAMPOS, W. D. Fatores motivacionais associados à prática de exercício físico em estudantes universitários. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte** [online]. 2011, vol.33, n.3, pp.761-772.

LOCH, M. R.; RECH, C. R.; COSTA, F. F. A urgência da Saúde Coletiva na formação em Educação Física: lições com o COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3511-3516, 2020.

MAGRO, M. L. **Os espaços externos do campus I da Universidade de Passo Fundo: Análise da Percepção dos usuários e de suas preferências**. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2006.

MARANHÃO, R. S. Nível de atividade física aeróbica de hipertensos e diabéticos praticantes de exercício em academia da melhor idade (AMI) da cidade de Tocantinópolis-TO. **Anais**. VII Congresso Internacional de Envelhecimento Humano. Campina Grande – PB, 2020.

MARICATO, E. A bomba relógio das cidades brasileiras. **Revista Democracia Viva**, v. 11, p. 3-7, 2001.

MARTINS JÚNIOR, A. L. **A Administração pública e seus princípios constitucionais**. 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/47863/administracao-publica-e-seus-principios-constitucionais>. Acesso em: 04/09/2019.

MATTOS, R. **Sobrevivendo ao estigma da gordura**. Vetor Editora, 2020.

MATIAS, T. S.; DOMINSKI, F. H. The COVID-19 pandemic challenges physical activity with two emerging paradigms. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 25, p. 1-6, 2020.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.

MENDONÇA, F.; LEITÃO, S. A. M. Riscos e vulnerabilidade socioambiental urbana: uma perspectiva a partir dos recursos hídricos. **GeoTextos**, v. 4, 2009.

MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M. **Qualitative data analysis: an expanded sourcebook** Qualitative data analysis: an expanded sourcebook. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 1994.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Academia da Saúde**. 2020. Disponível em: <<https://aps.saude.gov.br/ape/academia/sobre>> Acesso em: 20 ago. 2020.

MENDONÇA, E. M. S. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e pesquisas em Psicologia**, v. 7, n. 2, p. 296-306, 2007.

MENEZES, F. M. **Projeto urbano e criação de espaços públicos: cidade pedra branca na grande Florianópolis**. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

MENESES, A. V.; JUNIOR LIMA, L. C. Gestão dos espaços públicos urbanos para a prática de esportes. **Espaço em Revista**, v. 19, n. 1, 2017.

MOTTA, G. A. S. **Fragmentos urbanos: segregação socioespacial em Uberlândia-MG**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019.

MONTE, V. F. G.; QUARESMA, C. C.; KNISS, C. T.; FERREIRA, M. L.; DE MELO CONTI, D. Análise das contribuições do Novo Urbanismo e do bairro Pedra Branca/SC–Brasil para a solução de problemas de mobilidade urbana. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 4, 2018.

MONTEIRO, M. F. Exercício físico e o controle da pressão arterial. **RevBrasMed Esporte** _ Vol. 10, Nº 6 – Nov/Dez, 2004.

NAHAS, M.V. **Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. 3.ed. Londrina (PR): Midiograf, 2003.

NAHAS, M. I. P.; PEREIRA, M. A. M.; DE AVELAR ESTEVES, O.; GONÇALVES, É. Metodologia de construção do índice de qualidade de vida urbana dos municípios brasileiros (IQVU-BR). **Anais**, p. 1-20, 2016.

NARCISO, C. A. F. Espaço público: acção política e práticas de apropriação. Conceito e procedências. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 9, n. 2, p. 265-291, 2009.

NEW URBANISM (NU). **Creating livable neighborhoods**. 2017. Disponível em: <<http://www.newurbanism.org>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

NOGUEIRA, C. J.; CORTEZ, A. C. L.; DE OLIVEIRA LEAL, S. M.; DANTAS, E. H. M. Recomendações para a prática de exercício físico em face do COVID-19: uma

revisão integrativa. **Revista Brasileira de Fisiologia do Exercício**, v. 20, n. 1, p. 101-124, 2021.

NOGUEIRA, A.; WANTUELFER, G. **Florestas Urbanas**: planejamento para melhoria da qualidade de vida. Viçosa: Aprenda Fácil, 2002.

NUCCI, J.C. **Qualidade ambiental e adensamento urbano**. São Paulo: Humanitas, 2001.

OLIVEIRA, L. A.; MASCARÓ, J. J. Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer. **Ambiente construído**, v. 7, n. 2, p. 59-69, 2007.

ORUÉ, A. L.; DE SOUZA, A. S.; FERLA, A. A.; DO NASCIMENTO, D. D. G.; DOS SANTOS, M. L. M. Implantação, planejamento e monitoramento do Núcleo de Apoio à Saúde da Família: um estudo nacional a partir do PMAQ-AB. **Sociedade e Cultura**, v. 21, n. 2, 2018.

PIERI, A.; HUBER, M. P. A utilização do atletismo na Educação Física escolar como base para o desenvolvimento motor. EFDeportes.com, **Revista Digital**. Buenos Aires, Año 17, Nº 178, Marzo de 2013.

PIRES, M. R.; SOUZA, V. R.; MUSTAFÁ, A. M. M. NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA EM PACIENTES HIPERTENSOS ATENDIDOS EM UM AMBULATÓRIO DE CARDIOLOGIA. **Facit Business and Technology Journal**, v. 1, n. 8, 2018.

PITANGA, F. J. G.; BECK, C. C.; PITANGA, C. P. S. Atividade física e redução do comportamento sedentário durante a pandemia do Coronavírus. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 114, n. 6, p. 1058-1060, 2020.

PITANGA, F. J. G.; BECK, C. C.; PITANGA, C. P. S. Inatividade física, obesidade e COVID-19: perspectivas entre múltiplas pandemias. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 25, p. 1-4, 2020.

QUARESMA, C. C.; FERREIRA, M. L.; SHIBAO, F. Y.; RUIZ, M. S.; OLIVEIRA NETO, G. C. A crise de mobilidade urbana brasileira e seus antecedentes socioespaciais. In: CORTESE, T. T. P.; KNISS, C. T. e MACCARI, E. A. (Orgs.). **Cidades Inteligentes e Sustentáveis**. Barueri, SP: Manole, 2017.

RAUEN, F. J. **Elementos de iniciação à pesquisa**. Rio do Sul, SC: Nova Era, 1999.

REDE DO ESPORTE. **Inauguração do Complexo Esportivo e Praça da Juventude em Imperatriz – MA**. 2016. Disponível em: <<http://rededoesporte.gov.br/pt-br/noticias/imperatriz-ma-inaugura-complexo-esportivo-e-praca-da-juventude>> Acesso em: 10 out. 2020

REIS FILHO, N. G. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006.

RODRIGUES, D. M. **O Direito Humano à Comunicação: igualdade e liberdade no espaço público mediado por tecnologias**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

RONDON, M. U. P. B. Exercício físico como tratamento não farmacológico da hipertensão arterial. **Rev Bras Hipertens**, v. 10, p.134-7, 2003.

SALDIVA, P. **Vida urbana e saúde: os desafios dos habitantes das metrópoles**. Editora Contexto, 2018.

SALES, G. S., DE PINHO MEIRA, F. C.; SALES, A. H. N.; GOMES, T. T.; DE CASTRO, A. B. Inserção Do Profissional De Educação Física No Fisiculturismo: Realidade Da Cidade De Porto Velho. In: **IX Seminário de Pós-Graduação e Pesquisa & II Simpósio de Inovação, Propriedade Intelectual e Tecnologia**. 2018.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. Edusp, 2013.

SANTOS, C. Z. A.; FERREIRA, R. A.; SANTOS L. R.; SANTOS, L. I.; GOMES, S. H.; GRAÇA, D. A. S. Análise Qualitativa da Arborização Urbana de 25 vias Públicas da Cidade de Aracaju-SE, **Revista Ciência Florestal**, UFSM, 2013.

SANTOS, F. S.; GALLO, D. A experiência brasileira na construção de Índices de Qualidade de Vida Urbana: planejamento e gestão urbana. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 6, n. 40, 2018.

SCARLATO, F. C. População e urbanização brasileira. In: ROSS, J. L.S. (Org.). **Geografia do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Edusp.

SCHONARDIE, Elenise Felzke; RICOTTA, Giuseppe; DOS SANTOS CANABARRO, Ivo. **Múltiplos olhares sobre as cidades**, 2019.

SELADA, C.; SILVA, C. As cidades inteligentes na agenda Europeia: Oportunidades para Portugal smart cities in the European agenda: Opportunities for Portugal. In: **II Conferência de PRU, VIII ENPLAN e XVIII Workshop APDR: "Europa 2020: retórica, discursos, política e prática**. 2014.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. 3. reimp., São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2002.

SENNET, R. A decadência do homem público. As tiranias da intimidade. **São Paulo: Companhia de Letras**, 1993.

SERPA, A. Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. **GEOUSP-Espaço e Tempo**, v. 15, p. 21-37, 2004.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA - SINFRA. **Revitalização da Beira-Rio cria novo cartão-postal em Imperatriz**. 2017. Disponível em: <<http://sinfra.ma.gov.br/2017/12/27/revitalizacao-da-beira-rio-cria-novo-cartao-postal-em-imperatriz/>> Acesso em: 16 ago. 2020.

SOUZA FILHO, Breno Augusto Bormann; TRITANY, Érika Fernandes. COVID-19: importância das novas tecnologias para a prática de atividades físicas como estratégia de saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00054420, 2020.

SOUZA, M. A. R. D.; WALL, M. L.; THULER, A. C. D. M. C.; LOWEN, I. M. V.; PERES, A. M. O uso do software IRAMUTEQ na análise de dados em pesquisas qualitativas. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 52, 2018.

SPOSITO, E. S. **A vida nas cidades: por que a cidade existe? morar e preciso, o futuro da cidade**. Editora Contexto, 1994.

TALEN, E. **A research agenda for New Urbanism**. Edward Elgar Publishing, 2019.

TAHCHIEVA, G. Novas ideias urbanas para São Paulo. **Duany Plater-Zyberk & Company, Miami, Florida**, 2002.

TEIXEIRA, A. N.; RIBEIRO, M. B. P. A urbanização brasileira: reflexões acerca da segregação socioespacial. **Encontro Nacional de Geógrafos**, v. 18, 2016.

TENÓRIO, G. S. **Ao desocupado em cima da ponte - Brasília, arquitetura e vida pública**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2012.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

SENNETT, R. **O declínio do homem público – as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA E.A.P.C, et al. Sociedade, cultura e saúde: motivação na utilização de espaço público de lazer. **Revista Movimento** 2012; 18:171---88.

SILVA, Dirceu Santos; BORGES, Carlos Nazareno Ferreira; AMARAL, Silvia Cristina Franco. Gestão das políticas públicas do Ministério do Esporte do Brasil. **RevBrasEducFís Esporte**, (São Paulo) 2015 Jan-Mar; 29(1):65-79.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação Física: raízes europeias e Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

SONG, Y.; KNAAP, G. J. New urbanism and housing values: a disaggregate assessment. **Journal of Urban Economics**, v. 54, n. 2, p. 218-238, 2003.

UFMA – Portal de Notícia da Universidade do Maranhão. **A Praça Mané Garrincha**. 2020a. Disponível em: < <https://imperatriznoticias.ufma.br/lugares-de-imperatriz/mane-garrincha/> > Acesso em: 01 set. 2020.

UFMA – Portal de Notícia da Universidade do Maranhão. **ESTÁDIO FREI EPIFÂNIO D'ABADIA: Ritos de emoção e fé**. 2020b. Disponível em:

<<https://imperatriznoticias.ufma.br/lugares-de-imperatriz/estadio-frei-epifanio/>>
Acesso em: 01 set. 2020.

VAZ, N. P. **La place publique comme espace de communication** - La place publique centrale de Florianópolis au Brésil et la place parisienne. Saarbrücken: Editions Universitaires Europeennes (EUE), 2010.

VERSIANI, Isabela Veloso Lopes. O debate da qualidade de vida como instrumento de democratização do lazer no espaço urbano. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 22, n. 4, p. 680-718, 2019.

WILMORE, Jack H.; COSTILL, David L. **Fisiologia do Esporte e do Exercício**. Editora Manole Ltda, 1ª edição brasileira – 2001.

ZAITUNE, Maria Paula do Amaral, et al. Fatores associados à prática de atividade física global e de lazer em idosos: Inquérito de Saúde no Estado de São Paulo (ISA-SP), Brasil. **Cad. Saúde Pública** v.26 n.8 Rio de Janeiro Aug. 2010.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Gestão Pública: os espaços públicos urbanos para a prática de atividade física e esporte no município de Imperatriz - MA

Nome do Orientador: Prof. Dr. Luiz Antonio Perrone Ferreira de Brito

Nome do Pesquisador: Erivaldo Alves Ribeiro

O Sr. (a), está sendo convidado (a) a participar desta pesquisa que tem como finalidade analisar a gestão dos espaços urbanos públicos destinados à prática de Atividade Física e Esportes no município de Imperatriz - MA.

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais, assim como prejuízos morais ou qualquer tipo de desconforto, pois sua identidade será mantida em sigilo absoluto. Você será bem esclarecido quanto aos procedimentos da pesquisa, antes e durante a realização dela, de forma a deixar você ciente do que está fazendo. É livre para não participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento.

As informações adotadas nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador – fone: (99) 98133-1056 falar com Erivaldo Alves Ribeiro.

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE B – ENTREVISTA

1 – Sexo:

() Masculino

() feminino

2 –Faixa etária:

() 19 a 34 anos

() 35 a 49 anos

() 50 a 59 anos

() 60 a 78anos

3 – Formação:

4 – Qual seu cargo atual e suas atribuições:

5 –Na sua visão, quais são as atividades de lazer de maior preferência dos moradores de Imperatriz-MA:

() Esporte/Jogos

() Festas

() Convívio Social com amigos e familiares

() Passeios e atividades ao ar livre

() Outros

6–Onde se concentra a maior distribuição de equipamentos de lazer em Imperatriz-MA:

() Academias

() Biblioteca

() Campos de futebol

() Espaços culturais

() Ginásios

() Praças

() Quadras de esporte

() Outros

7–Qual sua avaliação sobre os espaços públicos urbanos para a prática de atividade física e esporte no município de Imperatriz-MA?

8 –A Prefeitura tem novos projetos (ou reformas) em relação a novos espaços públicos urbanos para a prática de atividade física e esporte? Discorra.

9 – Quais são as principais dificuldades para investir em espaços públicos urbanos para a prática de atividade física e esporte no município de Imperatriz?

10 – Quais os benefícios na implantação ou reforma de espaços públicos urbanos para a prática de atividade física e esporte no município de Imperatriz-MA?

11 – A Prefeitura tem projetos para disponibilizar profissionais de Educação Física para atuar nos espaços públicos urbanos no município de Imperatriz-MA?

ANEXO A – PARECER SUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS PARA A PRÁTICA DE ESPORTE E LAZER NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ- MA

Pesquisador: ERIVALDO ALVES RIBEIRO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 37218520.1.0000.5501

Instituição Proponente: Universidade de Taubaté

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.276.081

Apresentação do Projeto:

As políticas públicas direcionadas para a prática de atividade física e esporte através dos espaços públicos também podem incluir conteúdos que consideram a cultura e a educação, onde a sociedade é a principal beneficiada.

Objetivo da Pesquisa:

Avaliar a política pública para a prática do esporte e lazer nos espaços urbanos públicos no município de Imperatriz-MA

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos e Benefícios muito bem esclarecidos tanto no TCLE quanto no PB.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A atividade física e o esporte são importantes para a manutenção da saúde e do corpo do homem, prevenindo contra doenças, sendo definida qualquer atividade que utiliza o movimento do corpo em que proporciona gasto de energia, caloria, podendo ser atividades executadas no dia-a-dia ou até mesmo exercícios físicos e esporte.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O TCLE esta formulado adequadamente e a apresentação do Termo de infraestrutura não é cabível, pois a pesquisa sera realizada em espaços urbanos públicos.

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
Bairro: Centro **CEP:** 12.020-040
UF: SP **Município:** TAUBATE
Telefone: (12)3635-1233 **Fax:** (12)3635-1233 **E-mail:** cep@unitau.br



UNITAU - UNIVERSIDADE DE
TAUBATÉ



Continuação do Parecer: 4.276.081

Recomendações:

Não há

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, em reunião realizada no dia 11/09/2020, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 510/16, considerou o Projeto de Pesquisa: APROVADO.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1607130.pdf	05/08/2020 06:34:13		Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	05/08/2020 06:30:00	ERIVALDO ALVES RIBEIRO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	05/08/2020 06:21:38	ERIVALDO ALVES RIBEIRO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLARACAO.pdf	04/08/2020 16:48:05	ERIVALDO ALVES RIBEIRO	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	04/08/2020 16:40:24	ERIVALDO ALVES RIBEIRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	04/08/2020 16:35:02	ERIVALDO ALVES RIBEIRO	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	04/08/2020 16:18:54	ERIVALDO ALVES RIBEIRO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210

Bairro: Centro

CEP: 12.020-040

UF: SP

Município: TAUBATE

Telefone: (12)3635-1233

Fax: (12)3635-1233

E-mail: cep@unitau.br